

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE**  
**DARCY RIBEIRO (UENF)**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA –**  
**(PPGSP)**

**SALO BRAND E A POLÍTICA DO ESTADO NOVO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DAS**  
**CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DOS JUDEUS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**Yann Almeida Belmont Paula**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ**  
**DEZEMBRO DE 2019**

YANN ALMEIDA BELMONT PAULA

SALO BRAND E A POLÍTICA DO ESTADO NOVO: UMA ABORDAGEM A PARTIR  
DAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DOS JUDEUS EM CAMPOS DOS  
GOYTACAZES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega.

Coorientador (a) Profa. Dra. Wania Amélia Belchior Mesquita

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
DEZEMBRO DE 2019

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade institucional.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho ou menção ao mesmo para comentários e citações, desde que não tenha finalidade comercial e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor.

#### FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

P324 Paula, Yann Almeida Belmont.

Salo Brand e a política do Estado Novo : uma abordagem a partir das configurações sociais dos judeus em Campos dos Goytacazes-RJ" / Yann Almeida Belmont Paula. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

110 f.

Bibliografia: 89 - 92.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2019.  
Orientador: Ricardo André Avelar da Nóbrega.

1. Estudos Judaicos.. 2. Imigração. 3. Judeus - Campos dos Goytacazes (RJ).. 4. Planejamento Urbano. 5. Estado Novo. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

SALO BRAND E A POLÍTICA DO ESTADO NOVO: UMA ABORDAGEM A  
PARTIR DAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DOS JUDEUS EM CAMPOS DOS  
GOYTACAZES - RJ

YANN ALMEIDA BELMONT PAULA

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
Sociologia Política da  
Universidade Estadual do Norte  
Fluminense Darcy Ribeiro como  
parte dos requisitos para obtenção  
do título de Mestre em Sociologia  
Política.

Aprovada em 14 / 12 / 2019.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega (Orientador)



Profª. Dra. Wania Amélia Belchior Mesquita



Profª. Dra. Maria Villarreal (UNIRIO)



Profª. Dra. Heloiza Manhães Alves (UENF)

À minha sobrinha Alice, pela curiosidade.

Para meu avô Chico, pelas histórias do Rio Macabu que nasce duas vezes por  
causa do PSD Fluminense.

## AGRADECIMENTOS

A Universidade, em sua acepção vulgar é o espaço dos encontros, das trocas e esse sentimento em nossa *pátria grande* significou a luta pela democracia e liberdade desde a Revolução de Córdoba. Em muitos momentos foram nossas universidades que geraram produtos artísticos, ideologias políticas e revolução.

Ao mesmo tempo, o sentido que as gerações dão a Universidade é dado em cada geração - e na transmissão sempre algo fica para trás. Os latinos cunharam um termo antigo para definir o real significado das Universidades. Para eles, cada *Universitas* possuía uma *alma mater* que era insuflada em cada aluno e estes seriam reconhecidos na *Pólis* pelo brilho dessa alma internalizada.

No mundo ibérico, as tertúlias estudantis de cada *alma mater* se confrontavam em rituais cavaleirescos em praças públicas onde as fronteiras eram definidas e mobilizadas. E as tertúlias universitárias ainda persistem, algumas delas já com 500 anos. Portanto, agradecer é inscrever no papel os parceiros que vitalizam nascimentos possíveis em nossas universidades.

Agradeço aos meus professores do PPGSP pelo compromisso intelectual na construção coletiva duma formação acadêmica de qualidade numa região cortada por latifúndios e arenas públicas frágeis. Especial agradecimento a nossa Coordenadora Wania Mesquita pela dedicação plena e sucesso de nosso programa nas condições materiais de trabalho que vivenciamos no cotidiano de nossa instituição.

À professora Luciane Soares pelas aulas de Sociologia com referências ao cinema brasileiro. Aprender teoria contemporânea buscando outras ferramentas que também visam interpretar o mundo social foi a *grande lição* que tive em suas aulas. Confesso que alterei minha relação com o cinema e não mais o considero uma arte menor comparada à literatura. Vício duma educação livresca quase bizantina!

Aos meus colegas de turma (2017/01), Rhena Schuler, Roberta Barcellos, Fernanda Escudini e Mirila Cunha: obrigado a tod@s pela boa companhia e trocas acadêmicas em sala de aula/outros espaços de convivência. Ao Wallace Mello, que se tornou amigo, agradeço a gentileza da escuta, as aventuras teóricas e de leituras, as

conversas sobre o Pensamento Social Brasileiro. Você é o melhor que temos e tenho plena certeza que nossas coleg@s de turma concordarão.

Aos colegas que toparam construir o Fórum Discente de Sociologia Política nos anos 2017/2018: foi uma alegria conhecer vocês e aprender o ofício na cozinha da profissão. Fomos bem sucedidos pela capacidade de lidar com as diferenças e compreender que após as aflições, que toda organização de evento suscita, o resultado é a sensação de ser um profissional melhor depois do trabalho findo.

Agradeço ao Secretário Gustavo Sales pelo excelente trabalho ofertado a todos nós ligados ao PPGSP/LESCE. A compreensão do ofício e a prontidão quando solicitado torna possível nossa Universidade e atividades acadêmicas. Tê-lo muito nos engrandece. Este agradecimento se estende aos demais funcionários (concursados/terceirizados) do CCH, em especial a equipe da Direção de Centro e da Limpeza.

Ao longo do processo de escrita e pesquisa contei com interlocutores que tornaram possível este texto. Agradeço a Maria Villa Real a indicação bibliográfica e destacar o tema como fenômeno latino-americano a partir duma Universidade Latino-americana; ao Professor Nilo pelas sugestões teóricas no momento de Defesa do Projeto e a Heloiza Manhães pelos conhecimentos afetuosos sobre nossa região; não menos importante, agradeço a Glauber Rabelo pelos comentários elisianos ao longo da feitura desta pesquisa. De todo modo, as falhas ao longo do texto são minhas apenas.

Tive a oportunidade de ter dois orientador@s. Agradeço a Wania Mesquita por ensinar na lide da profissão como lidar com as dificuldades que se apresentam no desenvolvimento da pesquisa e como encontrar soluções para as mesmas. Para seguir em frente. A partilha do ofício em sua maior grandeza.

Agradeço a Ricardo Nóbrega pela generosidade da leitura atenta, as lições de sociologia que serviram para iluminar o texto quando eu não conseguia ver quais caminhos seguir. O texto é fruto de muitas coisas e uma delas de experiências anteriores, ao longo da profissão, com a escrita. Alguns anos eu não conseguia comunicar algo em minha prosa profissional e conseguir isto é fruto duma interlocução sadia e genuína, mesmo que nos meses findos.

Com afeto e açúcar, agradeço a minha esposa por estar ao meu lado até a conclusão deste trabalho. Por estar sempre atenta a minha sanidade. Admiro vossa força e integridade na luta por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e livres.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) –, passado 4 anos do Golpe de Estado que destituiu a Presidenta Dilma Russeff e 2 anos da morte política da Vereadora Marielle Franco.



## RESUMO

As comunidades judaicas contemporâneas no Brasil testemunham as múltiplas dispersões dos judeus pelo espaço geográfico nos dois últimos séculos. Se no século XIX o fluxo imigratório é quase sempre motivado por projetos individuais e coletivos de melhoria das condições de vida em terras brasileiras, o século XX será marcado por múltiplas dispersões provocadas por transformações políticas e econômicas no continente Europeu, que além de provocar instabilidades quanto a chances de trabalho e sobrevivência, ver ressurgir inúmeros governos autoritários e casos de perseguições antisemitas. A cidade de Campos dos Goytacazes, norte do Estado do Rio de Janeiro, experimentou uma significativa ascensão política e econômica como importante centro urbano-regional no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Judeus do leste europeu transferem-se, muitos desde a chegada ao Brasil, para a cidade de Campos. Redefinindo suas redes comunitárias e comerciais, no ano de 1929, vislumbra-se uma comunidade próspera e ativa na vida econômica e política da cidade. Com o advento do Estado Novo, objetivos claros de consolidação de um núcleo político nesta região dão a tônica ao projeto administrativo do então Interventor Federal Ernani Amaral Peixoto. Nesse processo, Amaral Peixoto indica como Interventor de Campos dos Goytacazes, no ano de 1939 e 1941-1945, o engenheiro judeu Salo Brand. Sua interventoria é marcada por projetos econômicos regionais visando à consolidação da política estadonovista junto à elite econômica local, conseguindo também apoio de lideranças e membros da União israelita de Campos. Levando em consideração a produção acadêmica que analisa o Estado Novo como “fascista” e “antisemita”, a presente pesquisa busca compreender a participação de judeus nos quadros administrativos da política de Vargas nesse período. A partir da trajetória política de Salo Brand e a análise de sua interventoria, busca-se compreender novas dinâmicas envolvendo imigrantes judeus, judeus brasileiros e o Estado Novo.

**Palavras-chave:** imigração; Estado Novo; judeus.

## ABSTRACT

The city of Campos dos Goytacazes, in North the State of Rio de Janeiro, experienced a significant political and economic rise as an important urban-regional center in the late 19th and early decades of the 20th century. Eastern European Jews have moved, many since their arrival in Brazil, to the city of Campos. Redefining its community and commercial networks, in the year 1929, a prosperous and active community is envisaged in the economic and political life of the city. With the advent of the Estado Novo, clear objectives for the consolidation of a political nucleus in this region put the emphasis on the administrative project of the then Federal Interventor Ernani Amaral Peixoto. In this process, Amaral Peixoto indicates as the Interventor of Campos dos Goytacazes, in the year 1939 and 1941-1945, the jewish engineer Salo Brand. His intervention is marked by regional economic projects aimed at the consolidation of the state policy with the local economic elite, also obtaining support from leaders and members of the Israeli Union of Campos. Taking into account the academic production that analyzes the Estado Novo as "fascist" and "anti-Semitic", the present research seeks to understand the participation of Jews in the administrative frameworks of Vargas' policy in this period. Based on Salo Brand's political trajectory and the analysis of his intervention, we seek to understand new dynamics involving Jewish immigrants, Brazilian Jews and the Estado Novo.

**Keywords:** immigration; Estado Novo; Jews.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	1
CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE IMIGRAÇÃO E ESTADO NACIONAL: OS JUDEUS -----	16
1.1 As migrações transoceânicas: uma perspectiva hemisférica -----	16
1.2 O imigrante no Brasil ou a imigração como sistema ---	17
1.3 A imigração durante a Primeira República (1889-1929) -----	19
1.4 A Revolução de 1930 e a ruptura com o passado: nativismo, eugenia e restrição. -----	30
CAPÍTULO 2 - FAZENDO A VIDA NA AMÉRICA: A FAMÍLIA BRAND NO NOVO MUNDO -----	36
2.1 Judeus ocidentais e as colônias judaicas no pampa gaúcho -----	39
2.2 O mascate Max Brand e o bairro judeu da Praça Onze -----	45
2.3 Instituições de ensino e preservação da cultura -----	57
CAPÍTULO 3 - DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO À INTERVENTOR MUNICIPAL: UM JUDEU NAS MALHAS POLÍTICAS DO ESTADO NOVO? -----	63
3.1 Uma vida entre dois mundos: a mudança para o subúrbio -----	63
3.2 Funcionário público e estudante da Politécnica: um judeu à brasileira -----	73
3.3 A força dos círculos sociais: o departamento <i>fluminense</i> das municipalidades -----	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	86
BIBLIOGRAFIA -----	89
ANEXOS -----	90

## INTRODUÇÃO

*“Um dos aspectos mais estranhos do desenvolvimento da Sociologia, em seu primeiro século e meio como disciplina relativamente autônoma, é a substituição de uma perspectiva de longa duração por uma visão de curto prazo, uma espécie de redução da preocupação dos sociólogos às sociedades contemporâneas – sobretudo às suas próprias –, ao aqui e agora, e a perda do interesse em estudar como e por que, ao longo dos séculos, as sociedades tornaram-se o que são. Esse estreitamento do foco encontrou sua expressão mais contundente na mudança das teorias sociológicas dominantes” (ELIAS, 2002).*

O caminho que tive que percorrer para a realização dessa pesquisa diz mais sobre as dificuldades do que os acertos. O interesse inicial da presente pesquisa buscou reconstruir e analisar a imigração judaica na cidade de Campos dos Goytacazes entre os anos 1919 a 1950. Saltava aos olhos a pouca produção sociológica sobre imigrantes judeus em contexto não metropolitano<sup>1</sup>.

A curiosidade se acentuava pela existência de relatos sobre esta presença em inúmeros livros de historiadores diletantes e documentos históricos. Uma pesquisa inicial demonstrou intensa participação do grupo nos espaços da política municipal e no comércio ambulante e de manufatura.

O jornal campista *A República*, de 1891, noticia uma contenda entre o intendente Mariano de Brito e o vereador Homero Moretzohn Campista com relação às obras de calçamento da Rua 13 de Maio.

Vereador ligado à base política de Nilo Peçanha e ao Partido Republicano Fluminense, Moretzohn, médico de formação, também exerceu o cargo de Diretor do Liceu de Humanidades de Campos. Intenso defensor do ensino público para as crianças desvalidas, foi responsável pela fundação da Escola Moderna e pela

---

<sup>1</sup>À época da pesquisa na Base de dados da Capes apenas dois trabalhos foram defendidos num total de 10.

continuidade do ensino feminino mediante o aumento da oferta de vagas na Escola Normal local.

Seu avô foi importante político mineiro no período imperial. Seu pai participou da fundação do Partido Republicano, sendo eleito deputado. Em 1893 é nomeado Secretário de Agricultura por Afonso Pena. Os Moretzohn chegam ao Brasil no ano de 1830 num momento em que a entrada de judeus era permitida mediante o fim da Inquisição Portuguesa e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, no ano de 1808.

Omitindo sua origem judaica, os membros desta família serão importantes quadros políticos nas províncias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Na cidade de Campos terão participação nas principais políticas de reformas urbanas, atraindo recursos substanciais para a realização de projetos com vistas a torná-la importante centro urbano-regional.

Os Moretzohn não são os únicos residentes na cidade neste período. O consumo do luxo por parte da abastada aristocracia rural consolidou um forte mercado de circulação de mercadorias realizado por prestamistas, dentre eles, imigrantes judeus. Alguns autores apontam que 63 israelitas estiveram de passagem e/ou realizando transações comerciais na cidade, no período de 1839 a 1853.

Tão logo se avistavam os primeiros dias da Proclamação da República, sua elite participou ativamente da transição do sistema. Referida como cidade *verdadeiramente fluminense*, em oposição à Niterói, Campos foi frequentemente cogitada a sediar a administração estadual da província. Sua força política e econômica tornava esta ideia factível.

Nos dois primeiros decênios do século XX, a cidade experimentou um intenso movimento comercial e financeiro, impulsionado pela própria economia do açúcar. Contudo, era o comércio que monopolizava os lucros (LAMEGO, 1974). O comércio a varejo – que se beneficiava com a ida do homem trabalhador e do interior à cidade; e o comércio atacadista – fornecedor das inúmeras fábricas de açúcar, muitas intimamente ligadas ao centro urbano que se expandia.

Alves (2009) argumenta o papel decisivo do capital comercial nos rumos da cidade. Participando da produção do açúcar e controlando usinas, a elite do comércio investe vultosos recursos em projetos de reformas urbanas objetivando a *capitalidade* da província fluminense. Adotando uma estética peculiar, o passado colonial do seu incipiente centro cede lugar a modernas concepções de construção civil com largas avenidas, via de transporte, iluminação pública.

Em geral, os imigrantes judeus recém-chegados ao Brasil não eram vinculados ao mercado formal de trabalho, participavam de setores do pequeno comércio e comércio ambulante (CORTE, 2009; PÓVOA, 2009; LEWIN, 1993). Pelas características acima descritas, Campos dos Goytacazes tornou-se atraente a muitos desses imigrantes.

Judeus do leste europeu (*asquenazim*) e da Turquia (*sefarditas*) transferem-se, muitos desde a chegada ao Brasil, para a cidade<sup>2</sup> de Campos, unindo-se as poucas famílias<sup>3</sup> que já se encontravam na cidade.

Definindo suas novas atividades profissionais, tão logo buscaram reconstruir as seculares instituições comunitárias: reuniam-se em suas próprias casas para as orações, criam redes de ajuda aos mais necessitados, fundam uma escola religiosa para menores, pleiteiam a concessão de uma área para a construção do cemitério comunitário, fato ocorrido no ano de 1919.

No dia 29 de abril de 1929 foi fundada a União Israelita de Campos – UIC. No mesmo ano, recebem a visita do ilustre rabino Isaias Raffalovich<sup>4</sup>.

Horasio Souza (2014) informa que o grupo chegou a totalizar 200 pessoas no ano de 1935. Acredito que o aumento do número de israelitas na cidade se insere no contexto imigratório mais geral, intensificado as vésperas da II Grande Guerra.

---

<sup>2</sup>A partir daqui todas as informações sobre os judeus em Campos dos Goytacazes foram obtidas a partir de uma pesquisa bibliográfica exploratória.

<sup>3</sup>Nos anos de 1920, as famílias Levin, Chigres, Grossmann, Leibel, Esperança e Vaitsman já se localizavam na cidade.

<sup>4</sup>Mais conhecido pela sua atuação como representante oficial da ICA (Jewish Colonization Association), o rabino Isaias Raffalovich foi um dos principais responsáveis pela consolidação das comunidades judaicas no interior do Brasil.

Nesse sentido, ensejando redes de relações com importantes centros urbanos – como Niterói, Rio de Janeiro, São Paulo –, muitas das famílias locais inserem Campos no mapa das dispersões do grupo. Neste período, a comunidade local já contava com associações como a WIZO<sup>5</sup> e Froien Faraim<sup>6</sup>, esta possuindo autonomia financeira (WOLF, 1986) frente à mesma instituição localizada no Rio de Janeiro.

Os anos de 1938 a 1947 marcam divergências comunitárias de caráter religioso e político (BENYOSSEFF, 2009; WOLFF, 1986). Essas divergências fragmentam o grupo em pequenas sinagogas, denominadas *shil*. Contudo, o contexto da Segunda Grande Guerra propicia um intenso sentimento de pertencimento étnico em meio às tensões.

Com o advento do Estado Novo, objetivos claros de consolidação de um núcleo político forte nesta região dão a tônica ao projeto político administrativo do então Interventor Federal Ernani Amaral Peixoto. Consolidando a intervenção estatal na produção do açúcar, expandindo a educação primária com a fundação de Escolas Rurais nas cidades de Itaperuna, Macaé e Conceição de Macabu (com a finalidade de modernização das técnicas agrícolas no território fluminense), o núcleo político de Vargas fincava suas bases promovendo um projeto de desenvolvimento econômico para a região.

Nesse processo, Amaral Peixoto indica como Prefeito Interventor de Campos, no ano de 1941-1945, o engenheiro carioca Salo Brand. Filho de Max e Lola Brand, judeus da Galícia (Europa Central), nasceu no ano de 1908 no bairro Cascadura, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Com 22 anos de idade torna-se datilógrafo da Câmara dos Deputados.

Após a Revolução de 1930, torna-se Secretário do Ministro Oswaldo Aranha. Com o fechamento do Congresso com a instauração do Estado Novo, é transferido

---

<sup>5</sup> Women's International Zionist Organization.

<sup>6</sup> Sociedade Beneficente das Damas Israelitas do Rio de Janeiro, fundada no ano de 1919.

para o Rio de Janeiro como assistente do Diretor do Departamento das Municipalidades. Tendo sido reconhecido por suas “habilidades administrativas”, é indicado inicialmente como Interventor de Itaguaí (fevereiro), Magé (agosto) e Campos (abril) no ano de 1939 (WOLLF, 1986; ALVES, 2013).

Contudo, é em Campos que ele constrói uma carreira política sólida: como interventor nomeado por Amaral Peixoto, consolida a base política do Estado Novo numa das principais regiões produtoras do país. Principal mediador entre as elites locais e a máquina estatal, realiza inúmeras reformas urbanas no município; constrói pontes e viabiliza melhores condições das estradas dos centros produtores da região. Com o fim de sua gestão, no ano de 1945, retorna a Campos para presidir as eleições de 1947 e é solicitado a candidatar-se a Deputado Federal, sendo eleito com a maioria dos votos dos munícipes.

### **ANTISSEMITISMO NA ERA VARGAS: 1930-1945**

Poucos anos após a Segunda Guerra Mundial, quando o genocídio judaico parecia algo inexplicável frente à perplexidade que assolou o Ocidente quando a barbárie nazista veio a lume, Hannah Arendt realiza uma prematura análise da gênese do antissemitismo.

No livro *Antissemitismo, Instrumento de poder*, a autora busca apresentar os aspectos do fenômeno que contribuem para a compreensão do mundo moderno e do totalitarismo. Para ela, ambos os fenômenos estavam intimamente ligados, compondo, portanto, dimensões duma máquina infernal em que um motivo insignificante como o problema judaico toma contornos nunca vistos antes.

A irritabilidade da autora a afasta de toda a produção anterior. Há na barbárie nazista um padrão distinto de todas as formas de antissemitismo já vistas.

Segundo ela, há dois padrões de antissemitismo: o padrão tradicional pode ser caracterizado pela existência de conteúdos econômicos e religiosos que incidem diretamente no modo como o grupo era inserido na sociedade.



Neste padrão, o princípio da religião cristã como verdade absoluta engendrou perseguições violentas constantes durante o período antigo e medieval. O judeu era a própria referência as verdades da fé cristã. Mesmo excluídos e isolados em *ghettos* e bairros próprios, o judeu era um “mal necessário”. O princípio econômico relegou o grupo à margem de todo sistema produtivo, sendo os judeus agentes monetários numa sociedade pré-capitalista e de corte, o comércio era percebido como sendo uma atividade estigmatizada e “judaica”.

O padrão tradicional de antissemitismo, portanto, proporcionou uma inserção do grupo que oscilava entre *exclusão* e *tolerância*.

No final do século XVIII, o padrão se altera. O princípio passa a ser essencialmente político. Marcado pela formação do Estado Moderno, a inserção dos judeus atualiza as diferenças anteriores. A partir do século XIX se explicita as tensões entre sociedade civil e sociedade política, tendo os judeus experimentados a emancipação de modo distinto em cada estado nacional.

É neste período que a polícia tsarista elabora o livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, cujo imaginário irá girar em torno duma suposta conspiração judaica global. Norman Cohn aponta que este mito tem por base a crença generalizada que os judeus formariam

um governo judaico secreto que, através de uma rede mundial de órgãos e associações camufladas, controla partidos políticos e governos, a imprensa e a opinião pública, os homens e os desenvolvimentos econômicos. Ao que se supõe, esse governo secreto assim procede em conformidade com um plano secular e com o único propósito de conseguir o domínio do mundo inteiro pelos judeus, e supõe também, que eles já estão próximos desse objetivo. (COHEN, 1969).

Seriam eles, portanto, os criadores do capitalismo, do socialismo, donos das grandes riquezas do mundo, individualistas, manipuladores, comunistas e materialistas. Foi este tipo de padrão que culminou em *regimes totalitários*, onde as tensões da sociedade moderna eram localizadas nos judeus a partir do momento em que eles eram convocados a participarem do mundo da cidadania (MAIO, 1992).

O padrão moderno de antissemitismo, portanto, incorpora a *suspeita*, a *vigilância* e a *eliminação*.

A interpretação de Arendt se afasta da noção tão comum do antijudaísmo ou antissemitismo como fenômeno permanente da história - como resultado de antagonismos de duas crenças em conflito. O cristão como opressor e o judeu como oprimido ou bode-expiatório.

Sua maneira de encarar o genocídio nazista considerou que este não possuía nenhum precedente na história da humanidade, por isso no século XX o antissemitismo apresenta-se como uma antessala do totalitarismo de Estado. Um fenômeno essencialmente *político* e *secular*.

Indaga Arendt:

A teoria que apresenta os judeus como eterno bode-expiatório não significa que o bode expiatório poderia também ser qualquer outro grupo? (...) quem tenta explicar porque um determinado bode expiatório se adapta tão bem a este papel abandona a teoria e envolve-se na pesquisa histórica. E então o chamado bode expiatório deixa de ser a vítima inocente a quem o mundo culpa por todos os seus pecados e através do qual deseja escapar ao castigo; torna-se um grupo entre outros grupos, todos igualmente envolvidos nos problemas do mundo. O fato de ter sido ou estar sendo vítima da injustiça e da crueldade não elimina a sua co-responsabilidade. (ARENDR, 2013).

E continua:

É deveras notável que as doutrinas que ao menos tentam explicar o significado político do movimento antissemita negam qualquer responsabilidade específica da parte dos judeus e se recusam a discutir o assunto nestes termos. (ARENDR, 2013)

O argumento ácido da autora identifica a natureza diversa entre antissemitismo como ideologia leiga surgida no século XIX e o antissemitismo como ódio religioso entre religiões em conflito.

A negação do político entre setores da comunidade judaica foi denunciada em passagens do livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999). Para a pensadora alemã, o caráter autocentrado e circunscrito à religião fez

com que os judeus europeus não conseguissem compreender sua condição como sujeitos históricos, e a catástrofe segundo seu real significado. Sua denúncia sobre a participação de lideranças comunitárias no Regime Nazista e a vagarosidade de certos grupos em emigrarem explicitam as peias com o passado medieval.

A passagem do século XIX para XX significou uma grande transformação. O início da modernidade, a derrubada das rígidas fronteiras entre judeus e não judeus.

Em síntese, isto se traduziu na igualdade de direitos em comparação aos privilégios e restrições. Por isso, o antissemitismo moderno não é uma atualização de antigos preconceitos religiosos: ele foi o resultado das relações entre ambos os grupos na disputa por novos espaços. Para o judeu, essa inserção na sociedade cristã se daria de modo delicado. Sempre com suspeita e vigilância.

Em nosso país as manifestações antissemitas podem ser situadas em dois momentos históricos de nossa formação nacional: no Período Colonial com a ação da Santa Inquisição, na perseguição dos cristãos novos e dos judeus portugueses vindos nos séculos XVII e XVIII para o Brasil. O outro período seria entre os anos 1930 a 1945, isto é, o primeiro governo Vargas.

No Brasil dos anos 30 havia certo ambiente antissemita que lembrava um pouco o clima europeu. Este clima se aproximava do padrão tradicional, descrito acima. Foi um “antijudaísmo barroco”, ligado aos aspectos religiosos e econômicos locais.

O imaginário da sociedade brasileira escamoteava as relações de exclusão e tolerância, tão comum no que tange as relações raciais no Brasil. Até o ano de 1937, este padrão tradicional irá ser hegemônico. O judeu é o errante amaldiçoado por matar o messias salvador; o Judas traidor; traiçoeiro. Uma infinidade de atributos negativos era mobilizada nos repertórios dos intelectuais, religiosos Católicos, jornais, charges.

Gustavo Barroso foi um intenso divulgador de obras panfletárias ligadas às “teorias conspiratórias judaicas” no Brasil. Traduz para língua portuguesa o livro Os

Protocolos dos Sábios de Sião (1936). É autor dos opúsculos *A sinagoga Paulista* (1937) e *A maçonaria: Seita Judaica* (1937) e *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo* (1937), em que divulga existir uma conspiração entre judeus, maçonaria mundial e comunismo no Brasil.

Sua atuação intelectual no Integralismo será de grande relevância para a instauração do golpe de estado por Getúlio Vargas no em 1937. Sua intensificação de escritos panfletários, livros e opúsculos a partir desse ano demonstram como as ideias antissemitas circulavam entre setores das camadas médias urbanas.

Havia um substrato eugênico nos discursos dos intelectuais brasileiros e da sociedade em geral – inclusive entre os setores revolucionários gaúchos devido à forte influência positivista e castilhistas (FALBEL, 2008; MAIO, 1992).

Com a acentuada instabilidade política, o crescimento das forças liberais e a instauração do Golpe do Estado Novo em 1937, contribuíram que setores das elites intelectuais começassem a suspeitarem e a hostilizarem os judeus.

Em seu livro, *Nem Rothschild nem Trotsky: o pensamento antissemita de Gustavo Barroso*, Marcos Chor Maio (1992) destaca que mesmo levando em consideração as particularidades da sociedade brasileira, o antissemitismo moderno “tupiniquim”, essencialmente político e ao mesmo tempo intolerante, influenciou as atitudes de intimidação, prisão, perseguição, deportação e perseguição aos judeus socialistas e comunistas, além da proibição de sua entrada entre os anos de 1937-1945.

A partir da década de 1980, pesquisadores se debruçam em pesquisas sobre o antissemitismo no período do Estado Novo, interrogando como Questão Judaica se expressava no momento de construção e definição da identidade nacional e no período da Segunda Guerra.

Um importante trabalho foi publicado neste período pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (2001), intitulado *O Antissemitismo na era Vargas: Fantasmas*

*de uma Geração*. Este trabalho provocou à época uma grande repercussão por revisitar a atuação de instituições e personagens políticos no Brasil dos anos 30.

Para Carneiro (2001), o antissemitismo moderno foi característico das tramas políticas do governo Vargas. Ela aponta conteúdos fascistas que influenciaram a política imigratória restritiva do governo. Esses conteúdos estariam localizados na elite do Rio Branco e nas ações de Osvaldo Aranha. A autora expõe inúmeros casos o drama de milhares de judeus que não puderam entrar no Brasil nas tentativas de fugirem do nazismo.

Em termos de sua análise, a autora estabelece ao longo da tese uma relação forçosa entre Estado Novo e o Terceiro Reich. Esta analogia acentua as semelhanças entre os dois regimes e seus respectivos políticos. Getúlio Vargas é representado como um ditador algoz dos judeus residentes no Brasil e que mantém em seu governo uma polícia para o “controle quase total dos seus inimigos”.

Nesse sentido, o argumento constrói uma memória do grupo que considera a comunidade judaica no Brasil entre 1937 e 1945 como um grupo homogêneo, acuado e ameaçado. Neste mesmo horizonte interpretativo, esta historiografia tende a ver o Estado Novo e a ditadura de Getúlio Vargas como um regime próximo à Alemanha Nazista no que tange sua ideologia e ações políticas. Um nazismo “tropicalizado”.

Influenciado pelos trabalhos de Jeffrey Lesser, que enfatiza em sua obra sobre imigração as estratégias engendradas pelos diferentes grupos étnicos em resposta a casos de restrições do Estado, Roney Cytrynowicz (2002), nos apresenta outra interpretação do período.

Com base em extensos dados sobre a vida institucional do grupo no período, aponta que por mais que os anos de 1937 e 1945 o caráter do Estado Novo tivesse uma coloração totalitária, a comunidade judaica vivenciou diferentes processos de consolidação de suas instituições sociais e de representação, principalmente nos grandes centros urbanos - São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, respectivamente.

Na década de 90, Ângela de Castro Gomes e Dulci Pandolfi (1999) organizam uma coletânea intitulada *Repensando o Estado Novo*. O livro reúne a contribuição crítica do período por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

O sociólogo Marcos Chor Maio (1999), em sua contribuição para a coletânea, sinaliza a necessidade de relativizarmos a questão judaica no Brasil. Seu argumento constrói uma interpretação que dá relevo as especificidades do tema a partir da participação de judeus em setores da indústria nacional após o fim da Segunda Grande Guerra. O artigo apresenta o tratamento do regime ditatorial dado aos judeus que participam de setores da elite industrial brasileira, colocando em xeque a produção anterior que associa Estado Nacional e antissemitismo.

### **UM INTERVENTOR JUDEU NO ESTADO NOVO?**

A trajetória política de Salo Brand e sua inserção nos quadros mais destacados da política administrativa do Estado Novo é um caso salutar para a compreensão do antissemitismo no Brasil contemporâneo.

Nesse sentido, a escolha inicial em realizar uma pesquisa sobre imigrantes judeus em contextos não metropolitanos apresentou um caso “*bom à pense*”, nos termos de Lévi-Strauss, isto é, um caso em que nos aponta para direções não inscritas tão claramente. Como um tema tangente que se desvela tardiamente ao longo do processo de feitura da pesquisa ao direcionar o olhar para outras direções.

Senkman (1996) argumenta que Vargas operou uma política em que os judeus radicados no Brasil foram incorporados em seu projeto de integração nacional e, por outro lado, vemos uma intensa restrição e controle sobre as entradas de judeus.

Salo Brand era filho de imigrantes judeus poloneses radicados no Brasil. Participa da primeira geração de filhos de judeus nascidos nos trópicos. Sua inserção nos círculos próximos à elite administrativa de Getúlio Vargas na Capital da República nos leva a inquirir: o antissemitismo é uma “questão” no Brasil? Como a

partir da análise de trajetórias de vida podemos inserir historicamente esta problemática? Era Getúlio Vargas antissemita?

Ao interrogar sobre a participação de judeus brasileiros nos quadros administrativos da política de Vargas no período do Estado Novo procuramos interrogar que Estado se quer forjar no Brasil.

## **ITINERÁRIOS DA PESQUISA**

A metodologia inicial da pesquisa considerou realizar um diálogo entre fontes orais e fontes documentais. Inicialmente, realizei investidas junto à atual direção da União Israelita de Campos. A empreitada não logrou efeito. Poucos judeus residem na cidade de Campos dos Goytacazes. Além disso, os que residem não demonstraram interesse em participarem desta pesquisa.

Assim, quando o silêncio dos vivos condiciona a pesquisa de campo, recorri à fala dos mortos. Quer dizer, concentrei meus esforços por organizar um acervo documental cotejado em revistas, jornais, livros, relatos de imigrantes como material etnológico, quer dizer, material que servirá de conteúdo para a reconstrução do contexto social e histórico da pesquisa.

Assim, o uso de documentação histórica nesta pesquisa buscou um aporte norteador de definição da análise documental mais próxima do meu campo de saber.

Para Cellard (1997), o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Os documentos exercem, portanto, um fascínio sobre os pesquisadores pelo fato dele proporcionar uma viagem ao passado recente e longo. Ao passado de nossos antepassados e contemporâneos. Por isso, o pesquisador deve se armar muito bem antes de ver o “social” e o “passado” a partir dele. Só dessa maneira o uso de documentos pode facilitar e validar nossas explicações.

Por conseguinte, a técnica de análise documental parte do princípio que não há uma definição homogênea do que seja documentos mais sim diferentes tipos de *fontes documentais*. A idéia é explicitar as diversas fontes descrevendo as

potencialidades de testemunho não intencionais que elas apontam (SAINT-GEORGES, 2011).

Assim, segundo este autor, as fontes documentais são escritas e não escritas. As *fontes não escritas* são os objetos e os vestígios materiais; a iconografia; as fontes orais; a imagem e o som registrados. As *fontes escritas* são os documentos oficiais (arquivos), públicos ou privados; as fontes não oficiais, registros de imprensa, livros, revistas e periódicos; as fontes estatísticas.

Este inventário de fontes documentais orienta o pesquisador em sua investigação. Caberá ele inventivo quanto ao reconhecimento dos depósitos dessas fontes que se caracterizam por possuírem informações potenciais registradas. Esta dimensão se dá em função do próprio objeto de pesquisa, mas também, em função de seu questionamento (CELLARD, 1997).

No processo de interpretação dos tipos de documentos, deve-se considerar: 1. O contexto do documento, 2. O autor ou autores do documento, 3. A autenticidade e a confiabilidade do texto, 4. A natureza do texto e 5. Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.

O exame do contexto global (1) no qual o documento foi produzido e no qual o autor estava inserido e aqueles a quem ele foi destinado é primordial e indispensável. Esta dimensão busca conhecer a conjuntura política, econômica, social e cultural que proporcionou a produção do documento. Sem este conhecimento inicial não conseguimos avançar satisfatoriamente em nossos empreendimentos de pesquisa.

A busca por informações do autor (2) tem como objetivo principal descobrir os interesses e os motivos que levaram a produção do documento. Este autor pode ser indivíduos ou instituições. Essa elucidação oferece uma compreensão da credibilidade do documento (3) como uma fonte segura. Aqui neste ponto cabe ao pesquisador ficar atento se o autor foi testemunha direta ou indireta do que se relata.

Após essas informações, deve-se considerar o suporte textual do documento (4). Sua superfície técnica, isto é, a sequência teoricamente definida pela própria natureza linguística de sua composição (MARCUSCHI, 2002). Neste momento o



pesquisador pode discernir se os documentos lhe parecem confiáveis e em que medida eles elucidam sobre aquilo que se deseja reconstruir.

Por último (5), faz-se necessário delimitar adequadamente os sentidos das palavras e os conceitos mobilizados pelo autor. Buscar os sentidos das palavras não é procedimento menor ou preciosismo. O documento é algo datado, portanto, os sentidos sociais da palavra não são os mesmos em diferentes épocas. Nessa dimensão haverá regionalismos, conceitos técnicos, gírias de época. Após essa contextualização inicial, realiza-se a análise do plano argumentativo do autor. Em outras palavras, como o argumento se desenvolve.

Após o trabalho de análise, passa-se para o momento de *reunir* todas as informações encontradas. Acima mencionamos que o pesquisador em seu trabalho de pesquisa construirá um *corpus documental* minimamente coerente. Levando em consideração a questão principal da pesquisa, procede-se com a reconstrução com vistas a responder o problema. Busca-se descobrir as ligações entre os fatos acumulados (CELLARD, 1997).

A metodologia acima descrita viabilizou a construção dum *corpus documental* variado e sempre aberto a interrogações, já que o importante é justamente aquilo de “social” que se *inscreve* na superfície do documento.

Como um método indiciário, o pesquisador deve ser atento aos resíduos, aos dados marginais, as pistas que não estão claramente reveladas e, por isso, necessitam duma decifração.

Portanto, nesta perspectiva o instrumento de acesso aos sentidos que estão inscritos nos processos sociais, que precisam ser observados pelo pesquisador, são mediados pelo documento que deve ser interpretado como cultura materializada em texto.

O corpus substancial dessa pesquisa mobilizou os documentos armazenados no acervo pessoal do Salo Brand doado pela família ao Museu Judaico do Rio de Janeiro. Nele há 47 “documentos”.

Para realização desta pesquisa, os documentos foram classificados do seguinte modo:

1. Documentos profissionais: foram agrupados nesta entrada todos os documentos cuja superfície do conteúdo esteja ligada à sua trajetória profissional. São circulares ministeriais, carteira de trabalho, diploma escolar e universitário, cartas, reportagens jornalística etc.
2. Documentos familiares: são documentos que dizem respeito a seu núcleo mais íntimo e próximo. Fotos, cartas de parentes, diários.
3. Documentos “comunitários”: documentos inerentes à participação em clubes recreativos, instituições comunitárias, títulos de posse, carteiras de filiados etc.
4. Documentos avulsos: não existem documentos avulsos, contudo, todo documento cujo conteúdo não o qualifica a ser agrupado nas entradas acima.

Em síntese, o importante são os arranjos possíveis de serem efetuados e o uso potencial que eles oferecem em diferentes entrecruzamentos. Nesse processo o importante são os sentidos construídos na análise.

Além dos documentos acima, inúmeros artigos acadêmicos e livros foram lidos para a realização desta pesquisa. No que tange a reconstrução etnológica da trajetória de vida e dos espaços sociais os relatos de imigrantes que contam suas experiências no Brasil são considerados como um tipo específico de gênero literário, a saber, “relato de imigrante”.

## DOS CAPÍTULOS

A estrutura textual e sua narrativa estão dispostas em três capítulos. O primeiro capítulo se intitula ***Apontamentos sobre a relação entre imigração e Estado Nacional: o caso dos judeus***. Neste capítulo apresento uma história da imigração no Brasil dando relevo à imigração judaica. Busco analisar o papel do Estado na construção de políticas imigratórias.

No segundo capítulo, intitulado ***Fazendo a vida na América: A Família Brand no Novo Mundo***. Neste capítulo acompanho as trajetórias dos Brand no Brasil e na Argentina. Descrevo e analiso a trajetória de vida de Salo entre os anos 1908 a 1922. Sua infância, formação, o círculo social mais próximo. Busquei compreender qual o papel da estrutura comunitária na conformação do projeto de vida dos Brand no Brasil.

O Terceiro capítulo, intitulado **De funcionário público à Interventor Municipal: um judeu nas malhas políticas do Estado Novo**. Neste capítulo analiso a trajetória profissional de Salo Brand, a partir de 1930, e sua participação nos espaços da política do governador Amaral Peixoto e do presidente Getúlio Vargas. Dou relevo a sua gestão em Campos dos Goytacazes, importante região econômica fluminense e base eleitoral do projeto revolucionário iniciado em 1930 no Estado do Rio de Janeiro.

## **CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE IMIGRAÇÃO E ESTADO NACIONAL: OS JUDEUS.**

O tema da imigração é uma constante nas ciências sociais brasileiras. No que tange à imigração judaica, na década de 70 vislumbra-se um debate interno ao campo sobre a periodização da história dos judeus no Brasil (FALBEL, 2008).

A questão dizia menos sobre a centralidade dos estudos e mais sobre a relação que este grupo possui com a própria história nacional – já que desde as primeiras expedições coloniais (1515) um intenso fluxo imigratório de judeus portugueses da metrópole para as terras recém-conquistadas se inicia<sup>7</sup>.

Nesse sentido, para Salomão Serebrenick,

o estudo da história dos judeus no Brasil não pode ater-se às fases e aos marcos gerais da evolução política e social do país, senão orientar-se, ao revés, segundo os fatos e acontecimentos históricos que hajam repercutido especificamente nas condições de vida e sobretudo coletiva dos judeus. (SEREBRENICK, 1962).

Portanto, busco neste capítulo contar uma “história” da imigração em nosso país, dando relevo para o papel do Estado na construção de políticas de imigração.

### **1.1 AS MIGRAÇÕES TRANSOCEÂNICAS: UMA PERSPECTIVA HEMISFÉRICA**

O curso da civilização ocidental desde que o continente recém-descoberto foi fortemente condicionado por uma fronteira aberta. O novo continente ofertou milhares de extensões de terras a serem ocupadas pelas populações europeias que participavam do processo de Expansão Colonial nos seiscentos (PETRONE, 1990).

Lesser (2014) lembra que os países que compõe atualmente a América Latina devem ser vistos como países de imigrantes. Em certo sentido, toda a região. A partir do século XVI até o último quartel do século XX europeus chegam em grandes números para o continente. Além de europeu, milhões de africanos escravizados

---

<sup>7</sup> Entre os anos 1530-1570 este fluxo se intensifica, sendo caracterizado pelo surgimento de discriminação antijudaicas e perseguição do grupo pela Inquisição. A centralidade dos trabalhos sobre cristãos-novos é tema corrente nas pesquisas contemporâneas, caracterizando-se, portanto, como o período histórico mais revisitado pelos historiadores segundo Vainfas, 2010.

são desterrados e trazidos à força, ao mesmo tempo grupos de colonos livres se estabelecem no Brasil à sombra da ordem escravocrata.

Esta “febre da América”, como ficou conhecida, teve dois centros gravitacionais a partir do século XIX: a região Sul do país, que atraiu imigrantes europeus em pequenas propriedades de produção variada, principalmente pelas condições climáticas, e a região paulista a partir da expansão da economia cafeeira que exigia suprimentos constantes de mão de obra.

Vários são as causas indicadas pela bibliografia sobre o fenômeno de migrações europeias para outros continentes do globo. De modo geral, podemos destacar como força de expulsão a pobreza, superpopulação de alguns países de origem, dificuldades para sobreviverem. Para os judeus, além das condicionantes acima podemos destacar as perseguições violentas sofridas - principalmente na região dos países do leste-europeu.

Com a Revolução Francesa, a liberdade de migrar e mudar de residência torna-se uma conquista. Com o intenso processo de urbanização, industrialização, bem como as transformações dos meios de comunicação nos países europeus, o deslocamento populacional torna-se agudo (PETRONE, 1990).

## **1.2 O IMIGRANTE NO BRASIL OU A IMIGRAÇÃO COMO SISTEMA**

O sociólogo franco-argelino Abdelmalek Sayad, ao abordar o fenômeno da imigração do mundo contemporâneo argumenta que ela se apresenta como um sistema possuindo uma lógica própria de funcionamento.

Segundo ele:

Por durar tanto, por se generalizar a ponto de se tornar um dado estrutural de todos os países desenvolvidos e, mais fundamentalmente, por se institucionalizar sob a forma da oposição intrínseca entre um mundo da emigração (que tende a se confundir com o mundo do subdesenvolvimento) e o mundo da imigração (mundo que identificado com o mundo do desenvolvido) e, dessa forma, por se universalizar, a imigração acabou por constituir-se em sistema. É sistema assim como a colonização, segundo se disse, formava um sistema; é sistema porque é igualmente dotado de lógica própria, porque tem seus efeitos e suas causas próprias, bem como suas condições quase autônomas de funcionamento e de perpetuação. (SAYAD, 1998.).

Mesmo informando aspectos contemporâneos da imigração, este argumento pode contribuir com a caracterização do passado e na construção duma história da imigração no Brasil que tentamos realizar aqui.

Em inícios do século XIX, em meio aos descendentes dos colonizadores e seus escravos, vimos surgir na América Latina à construção de diferentes tipos de novas identidades nacionais que se veem em diferentes lutas por independência política (ANDERSON, 2015).

Essas novas elites nacionais viam com desdém suas populações nativas – a mestiça, negra e indígena. Em meio às classes dominantes e letradas desses países, eram muitos que insistiam na necessidade de atraírem imigrantes europeus para povoação do território.

O Brasil promovia campanhas internacionais em que o país era divulgado como um país neoeuropeu, com abundantes terras, onde os imigrantes poderiam conquistar rapidamente status e vida abastada (LESSER, 2014). As campanhas publicitárias optarem por atraírem imigrantes da França, Inglaterra e dos Estados Unidos.

No Brasil joanino (1808-1821), imigrantes europeus não portugueses são atraídos pelo poder público para o povoamento de regiões do território nacional. O tipo humano além de branco era semelhante ao camponês dedicado à policultura em pequenas propriedades rurais.

Lotes são doados aos agricultores e cidades são fundadas no Rio Grande do Sul, como São Leopoldo. Além de territórios para colonização, a lavoura do café necessitava de mão de obra. Ao perceber os vultosos custos com estes empreendimentos, senadores foram contrários ao empreendimento por compreenderem que a necessidades com mão de obra para o grande latifúndio era um problema a ser solucionado pelos próprios latifundiários.

Os administradores do Estado Imperial se orientavam ora para o fomento da imigração para povoação do território, ora para aquisição de mão de obra para os serviços das lavouras paulistas. Podemos afirmar que as políticas engendradas pelo Governo Central, portanto, se entrecrocavam ou coexistiam pacificamente,

entretanto, vale destacar que ambas as tendências se inseriam em projetos políticos distintos das elites brasileiras.

Duas sociedades civis são fundadas poucos anos antes da Proclamação da República, onde essas tendências são nitidamente delineadas e promovidas.

No Rio funciona entre os anos de 1883 a 1891 a Sociedade Central de Imigração que defendia a imigração para a pequena propriedade. A sociedade era composta por setores letrados da sociedade imperial e de grandes centros, tendo como membros ilustres o Visconde de Tauney e André Rebouças. André Rebouças, famoso representante do movimento abolicionista fluminense, defendia que a promoção da imigração de colonos poderia transformar o país de latifúndio escravocrata em um país com campesinato à europeia.

Em São Paulo, reduto das elites agrárias da economia do café, funcionou a Sociedade Promotora de Imigração entre os anos de 1886 até 1896. Os responsáveis pela Sociedade almejavam moldar no Brasil um “operariado agrícola” para substituir a mão de obra escrava. Nos anos de seu funcionamento, cerca de 120 000 imigrantes foram recrutados.

Além de empreendimentos das elites, o advento da República irá acentuar os debates e as demandas por “tipos humanos europeus” no país. Imigrantes para serem mão de obra nas *plantations* e a necessidade de garantir o extenso território continuarão a justificar a imigração como política de governo na nova sociedade que irá se moldar no país.

### **1.3 A IMIGRAÇÃO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1929)**

Ao longo de todos os governos do período da Primeira República entraram no Brasil 3 523 591 imigrantes, sendo 1 205 703 durante a primeira década. O ano em que mais imigrantes se registraram foi o de 1891 (216 110), cifra muito modesta se comparado aos EUA e Argentina.

Petrone (1990) indica que durante as 4 primeiras décadas do regime “o Brasil conseguiu atrair mais imigrantes: 1895-1897, quando o número anual sempre foi superior a 145 000; os anos de 1911-1913 em que o número oscilou entre... 135 00

e 1992 anuais”. Na década de 1920, os anos de 1923 a 1927 os registros anuais não ultrapassam 100 000.

Na tabela abaixo podemos vislumbrar a elevada cifra de registros e como as políticas de imigração se inseriram nos projetos republicanos. Visando dinamizar a vinda de europeus, buscou-se colocar os Estados como os principais atores das políticas de colonização e imigração.

<b>ANO</b>	<b>Portugueses</b>	<b>Italianos</b>	<b>Espanhóis</b>	<b>Alemães</b>	<b>Japoneses</b>	<b>Outros</b>	<b>TOTAL</b>
1880-1889	55.027	45.467	3.392		***	58.126	176.337
1890-1899	104.690	277.124	30.066		***	17.841	448.622
1900-1909	219.353	690.365	164.293		***	107.232	1.198.327
1910-1919	195.589	221.394	113.235		861	77.486	622.407
1920-1929	318.481	138.168	181.651		27.432	123.819	815.453

Fonte: Maria Stella Ferreira Levy. O papel da migração internacional na evolução brasileira. Revista de Saude Pública, suplemento 8, 1974.

Desse modo, cada Estado poderia participar autonomamente, segundo seus próprios interesses e necessidades regionais. Os estados que possuíam recursos econômicos saíram na frente dos demais, obtendo as vantagens desta lei. Assim fez São Paulo.

A colonização e a “imigração para lavoura” eram problemas nacionais que a União resolvia quando havia recursos financeiros para execução de políticas imigratórias. Parcerias com setores da incipiente indústria e das elites agrárias escorriam para os cofres públicos.

Um mês após a Proclamação, o governo decreta cidadão brasileiro todo estrangeiro residente no país por dois anos.

Além disso, visando assegurar as prerrogativas dos Estados quanto à responsabilidade de “atrair” imigrantes europeus, a Constituição de 1891 passa para seu domínio às terras devolutas. Esta gerência da União acabou por onerar os cofres estaduais, ficando apenas São Paulo em condições de subsidiar os custos da imigração para sua lavoura.



Em 1907, os estados do Sul do país não conseguindo desenvolver a política de imigração, colocam a disposição da União as terras devolutas necessárias para a criação de núcleos coloniais.

Petrone destaca que:

A partir de 1907, o Governo da União tomará uma série de medidas para promover a imigração e a colonização, já que a maioria dos Estados não podia fazê-lo, ou por falta de meios ou por ausência de uma infra-estrutura que os pudesse apoiar nesses serviços. O então primeiro ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida tomou uma série de medidas que deviam promover a imigração, inclusive dando instruções por portaria de 21 de dezembro de 1907 para que se fundassem núcleos coloniais e se introduzissem imigrantes por conta da união. (PETRONE, 1990).

Após a promulgação e sua execução, sempre dentro das possibilidades econômicas de cada estado, fez com que a região atinja entre os anos de 1908 a 1913 o índice mais elevado de imigrantes registrados (192 683).

Vale destacar que por mais que as leis e portarias refletissem os novos tempos, durante toda a Primeira República o Brasil será uma sociedade onde a imigração será intensificada com vistas a obter mão de obra para a grande lavoura e para a promoção do povoamento de áreas escassamente povoadas (PETRONE, 1990; LESSER, 2014.).

E esta peça com o passado ensejará a forma de imigração de colonos em pequena propriedade nos Estados Sulinos. Os imigrantes eram instalados nos núcleos formados por terras devolutas ou comprados pelo governo federal – que organizava e custeava o empreendimento. A iniciativa privada também participava do empreendimento.

Cada núcleo era formado por 20 a 25 hectares e era vendido a prazo ou à vista, geralmente dispostos ao longo de cursos d'água e pertos as vias de comunicação. O objetivo das elites e do Estado eram construir no país um campesinato à europeia e uma classe média que pudesse contrastar ao latifúndio. Dedicando-se a policultura, o imigrante também possuía uma pequena criação de gado.

As colônias fundadas eram compostas por imigrantes russos, poloneses, húngaros, holandeses, alemães, bálticos, romenos, ucranianos etc. No Rio Grande

do Sul as colônias foram criadas no vale de Ijuí e do Jacuí. Em Santa Catarina, foram criadas algumas no vale de Itajaí e outras na região Oeste do Estado.

Em 1904 e 1924, duas colônias agrícolas formadas por imigrantes judeus foram construídas na fronteira do Rio grande do Sul com a Argentina. Os colonos judeus que se estabeleceram nas colônias eram oriundos de países da Europa oriental, não totalizando alguns milhares.

Segundo Lesser (1995):

As duas colônias agrícolas constituíam o primeiro passo na direção de uma migração regular organizada de judeus para o Brasil. Como vítimas da política czarista de 'russificação', esses judeus fugiram da perseguição cotidiana e aceitavam a agricultura, na qual tinham pouca ou nenhuma experiência, apenas como uma condição para sua de fuga. (LESSER, 1995).

As colônias agrícolas judaicas foram subsidiadas pela *Jewish Colonization Association – JCA*. Fundada em 1891 em Londres, a associação tinha o propósito de auxiliar as comunidades judaicas pauperizadas da Europa oriental e dos Balcãs. O auxílio visava o recrutamento de famílias para essas colônias agrícolas espalhadas na América Latina, em especial Argentina, Uruguay e Brasil.

Vale destacar que o Brasil era cogitado como país de alocação de imigrantes judeus desde o advento do Sionismo (1885), tendo como grande entusiasta o jornalista Oswald Boxer – membro da Comissão de Colonização do “*Deutsches Central komitée*” (FALBEL, 2008).

Segundo Boxer, o Brasil era adequado pelos seguintes fatores:

- a. Não havia casos de antissemitismo desde extinção da Inquisição;
- b. Uma estabilidade política e uma economia em desenvolvimento;
- c. Um clima favorável, principalmente na região Sul e Serra Fluminense;
- d. Possibilidades de construção de colônias de subsistência e extenso território desocupado;
- e. Condições de trabalho adequadas aos emigrados.

Acumulando estas informações sobre nossa região, a JCA chamou a atenção dos governantes brasileiros para a questão da imigração judaica com objetivos de promovê-la efetivamente.

Por gozar de apoio diplomático do governo britânico, a instituição consegue carta branca para agir no Brasil e nos países escolhidos como beneficiários de seus programas imigratórios.

Assim, o estado do Rio Grande do Sul demonstrou fortes interesses em sediar as duas colônias. Alguns dos responsáveis estrangeiros da JCA investiram consideráveis valores na economia local e durante alguns anos as colônias receberam subsídios para sua manutenção. Investimentos estrangeiros eram utilizados também para o desenvolvimento da agricultura regional.

Portanto, o projeto de colonização promovido pela JCA ficou em grande medida sob sua própria responsabilidade. A comunidade judaica brasileira não participou do desenvolvimento do projeto, não investindo recursos locais para sua realização (FALBEL, 2008).

Em 1903 a JCA compra 5.767 hectares de terras na região de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Preparando todas as condições materiais para recepção de 38 famílias judias vindas da Bessarábia, no ano seguinte é inaugurada a Colônia Israelita Philippson.

Situada numa região de mata densa, após constantes desmatamentos a terra demonstrou-se pouco fértil. Com imensas dificuldades os colonos cultivam milho, feijão, amendoim, trigo, hortaliças e frutas. Com sementes trazidas do país de origem, os colonos introduzem a cultura de fumo em larga escala na região. A qualidade do produto atrai compradores de Porto Alegre e São Paulo.

Além do fumo, a Colônia Philippson produziu trigo de qualidade superior, aquecendo o mercado local.

O relativo sucesso das culturas agrícolas torna-os importantes agricultores, passando a receber maior atenção do Governo Estadual. Esta projeção irá definir outros projetos de colonização organizados pela JCA.

Em 1909, a instituição adquire a fazenda “Quatro Irmãos”, na região de Passo Fundo. A fazenda possuía 93. 850 hectares, que foram divididos em lotes de 150 hectares. Entre os anos de 1911 a 1913 a colônia recebeu 115 famílias vindas da Rússia e Polônia.

A Colônia “Quatro Irmãos” possuía uma estrutura material para a produção agrícola consorciada à pecuária. Inicialmente foram compradas 14 vacas, 4 bois, 1 touro, um cavalo e 1 carroça. Além de cultivarem milho, trigo, introduzem a cultura da mandioca, tendo uma cooperativa de industrialização do produto.

Os relatórios indicam que até as vésperas da Primeira Guerra Mundial a fazenda abrigou 350 famílias. O sucesso do empreendimento ficou conhecido internacionalmente e ele confirmava as expectativas para projetos de colonização agrícola no Brasil. Contudo, este sucesso iria durar até o ano de 1923, momento de grande instabilidade política no Estado.

A Revolta Armada de 1923, que se alastrou por todo o Estado gaúcho, abriu espaço para arbitrariedades de setores militares envolvidos na disputa do poder entre os grupos de Borges de Medeiros e Joaquim Francisco Assis Brasil. Neste ano, a fazenda foi saqueada diversas vezes. Os roubos contínuos levam o empreendimento à ruína – mediante a evasão das famílias, que se viram obrigadas a fugirem para centros urbanos em condições materiais comprometidas.

No mesmo ano, a JCA funda na Capital do Brasil seu escritório, objetivando a reorganização dos empreendimentos de colonização na região latino-americana. A retomada dos investimentos na região Sul do país foi a primeira iniciativa.

Nessa fase, a Associação conta com apoio da *Sociedade de Beneficência para Amparo de Imigrantes – a Relief*. Com os investimentos estrangeiros, a *Relief* organiza novos núcleos familiares para a retomada das atividades agrícolas na Colônia de “Quatro Irmãos”. Além de investir elevado capital para a construção duma rede escolar judaica<sup>8</sup>, religiosa e secular, no Brasil.

---

<sup>8</sup> Em 1928 existiam vinte e duas escolas patrocinadas pela JCA. O Rabino responsável pelo projeto educacional, Isaias Raffalovich, direcionou todos os esforços para que as comunidades rurais pudessem ter uma escola, um centro comunitário e uma sinagoga com atividades regulares.

O jornal *Dos Idiche Vochenblat*<sup>9</sup> anuncia, no ano de 1926, a chegada de trinta famílias à fazenda, no núcleo denominado Barão Hirsh. Este mesmo jornal, produzido no Brasil e divulgado na Europa, realiza intensa promoção e divulgação das colônias agrárias, principalmente na Lituânia e Letônia.

No mesmo ano, a *Emigrations-Direktion*, de Berlim, organiza a construção do *Comitê pró Imigrantes Israelitas*, com sede na cidade de Porto Alegre. Este órgão tinha como função mediar as relações diplomáticas e organizar a chegada do imigrante, hospedá-los e encaminhá-los para o trabalho rural. Na cidade ou no Campo.

A retomada das atividades na Fazenda Quatro Irmãos mostrou resultados satisfatórios no final do ano de 1927 até o final do ano de 1929. A safra anual girava em torno de 1500 sacos de trigo, 8 vagões de milho. A cultura de hortaliças, alfafa, erva-mate, vinhedos e árvores frutíferas apresentaram significativo sucesso.

O empreendimento tornou-se a “menina dos olhos” das instituições internacionais, contudo, novamente a fazenda teria enormes prejuízos, agora com o advento da Revolução de 1930, que provocou novas invasões, roubos e prejuízos materiais. Temerosos, dirigentes da JCA transferem parte dos maquinários e a população para as Colônias localizadas na região de Entre Rios, Argentina.

No final da década de 20 a comunidade judaica estava bem estabelecida no país. Muitos haviam conseguido estabilidade financeira, e “em algumas cidades não havia pobre, apesar de muito poucos estarem em posição de afluência”, segundo relatórios da JCA (FALBEL, 2008).

A política de imigração judaica para Colônias Rurais irá ocorrer até os anos 40. Tendo sucesso outros empreendimentos no Rio de Janeiro, Nilópolis e Resende; e no interior de São Paulo. Nada comparado aos investimentos realizados no Rio Grande do Sul.

Desse modo, podemos afirmar que as colônias rurais possuíam um significado especial para as lideranças da comunidade judaica brasileira e setores do Estado. Os custos dos empreendimentos obtiveram recursos públicos até o ano de 1927,

---

<sup>9</sup> O Semanário Israelita era o único veículo de propaganda imigratória no Brasil com circulação internacional.

cifras magras, sendo esta política totalmente custeada por diferentes instituições filantrópicas europeias e norte-americanas.

Uma crença generalizada do Brasil como um importante país que estava escrevendo um novo futuro para milhares de judeus do mundo era partilhada entre os representantes internacionais.

Essa crença era reforçada mediante a intensa participação de instituições internacionais cuja função era promover a própria imigração judaica em nosso país. Destaque para a *Jewish Colonization Association*, de Londres; *Hebrew Immigrant Aid and Sheltering Society*, de Nova York e *Emigdirect*, de Berlim.

Juntas, formavam o consórcio HICEM (**H**ias-**I**Ca-**E**migdirect), no ano de 1927. A junção das três instituições, com atuação continental, fez aumentar os recursos financeiros para custear as políticas locais de imigração, dando visibilidade ao Brasil como uma sociedade “cheia de possibilidades para imigrantes, principalmente judeus” (LESSER, 1995; FALBEL, 2008).

O relatório da HICEM para os anos 1925-1936 indicam as seguintes cifras para o Brasil e Argentina:

Ano	Argentina	Brasil
1925	6.920	2.624
1926	7.534	3.906
1927	5.584	5.167
1928	6.812	4.055
1929	5.986	5.610
1930	7.805	3.558
1931	3.553	1.940
1932	1.801	2.049
1933	1.962	3.317
1934	2.215	4.010
1935	3.169	1.759
1936	4.261	3.450
<b>Fonte:</b> Allgemeine Encyclopedie, v. Yidn, Paris:1939, p.441-482.		

Segundo a tabela acima, entre os anos 1925-1930 entraram no Brasil 49.840 judeus. Infelizmente os dados não nos permitem inferir a nacionalidade dos emigrados.

A. Dijour (1928) informa que entre os anos 1921-1928 são registrados o ingresso de 6.550 judeus poloneses nos portos nacionais. O ano de 1928 registra que entre 3.376 registros, 1.095 são de judeus poloneses ou russos.

Dados da *Relief* comprovam a acentuada imigração judaica polonesa e russa na década de 20. Os dados para o ano de 1925 informam:

Ano	Nacionalidade	N. Registros
1925	Polônia	141
	Rússia	112
	Outros	59
	**	Total: 312
<b>Fonte:</b> A emigração judaica da Polônia. In: Die Judische Emigration, Feb. Marz, Berlim:1928, p.15.		

Outro importante estudo indica que entre os anos de 1840 a 1924 entraram em nosso país 71.360 israelitas. Cifra pequena frente aos dados argentinos, que totalizam 223.540. Vejamos:

ANO	ARGENTINA	BRASIL
1840-1880	2.000	500
1881-1900	25.000	1.000
1901-1914	87.614	8.750
1915-1920	3.503	2.000
1921-1925	39.713	7.139
1926-1930	33.721	22.296
1931-1935	12.700	13.075
1936-1939	14.789	10.600
1940-1942	4.500	6.000
<b>Fonte:</b> <i>Yidiche vanderungen in di hundert yohr</i> (Migrações judaicas nos últimos cem anos). In: Journal of the Yiddish Scientific Institute, v. XXIII, New York: january-february, 1944, n.1, p.44-54.		

Ao todo, como podemos ver acima, o movimento imigratório de judeus nesses dois países foi de 3.916.988 pessoas. No mesmo período, os Estados Unidos recebem 2.801.890 imigrantes, somando 71,5% do total da imigração entre os três países (FELBEL, 2008).

É preciso dizer que a HICEM foi para os judeus uma grande “agência de imigração”, com diretrizes bem estabelecidas do tipo de público que seria alocado no Continente e nos respectivos “países de imigração”.

As diretrizes defendidas pelo Comitê, publicada no jornal *Brazilianer Idiche Presse* (Imprensa Israelita Brasileira), delimitavam o perfil de imigrante que se desejava trazer para o Brasil:

1. Devem possuir uma qualificação profissional e serem aptos à colonização agrícola;
2. Os que não possuem profissão deverão obtê-la nas estações profissionais elaboradas por associações nos países de emigração e imigração;
3. A inserção do imigrante no novo país será facilitada mediante a oferta de empréstimos para custearem todas as despesas individuais e familiares do deslocamento;
4. Será ofertado, no novo país, cursos noturnos da língua, literatura e cultura do novo país.
5. Por fim, deverá ser organizado em cada país agências de trabalho, de empréstimos e filantropia, viabilizando, portanto, a permanência dos imigrantes no país.

Como podemos ver acima, as diretrizes que organizavam o sistema de imigração da HICEM explicitavam a própria legislação imigratória brasileira da Primeira República.

Não possuindo nenhuma restrição legal, o fluxo imigratório para o Brasil se deu de modo muito desordenado e frouxo durante até 1929 (PETRONE, 1990). O tipo de imigrante desejado pelas elites, até a década de 1930, cumpriria a função,



inicialmente, de profissionais laborais para o grande latifúndio e para a colonização do vasto território – eis as principais balizas do caso brasileiro.

Sem discriminar seus lugares de origem, a preocupação era com o tipo racial, pois os imigrantes seriam, segundo as elites, “a semente” que faria brotar uma nova e poderosa população racialmente homogênea (LESSER, 2015).

Em outras palavras, desejava-se extirpar o atraso social do Brasil, seu traço mestiço, mediante o ingresso de imigrantes europeus que fariam a transformação racial desejada, extinguindo, portanto, a herança colonial indígena e africana.

Assim, Italianos, alemães, russos, poloneses, espanhóis etc. eram desejados, pouco importando suas origens sociais e morais.

As agências de imigração como a HICEM buscavam soluções para os problemas judaicos europeus (pobreza, perseguições, pogroms), e a América do Sul se apresentou como uma região de imigração com pouquíssimas restrições ao grupo, algo que irá sofrer uma drástica alteração com advento da Segunda Guerra Mundial.

A propaganda para atrair os judeus europeus neste período representou um Brasil sem “antissemitismo”, sem fome, com terra fértil, frutas exóticas – “o país do futuro”.

Como dito acima, a década de 1930 vislumbrará um arrefecimento desde fluxo migratório intenso – principalmente no caso dos judeus. Lesser (2014) argumenta que:

Problemas de ordem econômica, que começaram com a queda dos preços do café no final da década de 20, fizeram com que a atitude de muitos brasileiros mudasse em relação a todos os imigrantes, especialmente os judeus. Por volta de 1930, a Depressão mundial causou aumentos nos preços e no desemprego, influenciando ainda mais a imigração. As organizações judaicas locais tinham menos recursos e os problemas econômicos e políticos desestimularam os imigrantes potenciais. A imigração geral caiu em mais de 30%, entre 1929 e 1930, e a entrada de judeus também diminuiu. (LESSER, 1995).

Esta situação alterou drasticamente o perfil anterior das agências judaicas de imigração. A década de 30 marcará a consolidação das principais instituições religiosas, seculares e políticas do grupo no país.

A própria função da *Jewish Colonization Association (JCA/ICA)* toma outros contornos. Seus dirigentes investirão mais nos aspectos legais para obtenção de vistos para imigrantes judeus se tornarem cidadãos brasileiros (LESSER, 2015).

Interessante notar que mesmo com uma legislação restritiva, ao longo da década de 30, milhares de imigrantes obterão a cidadania. O Brasil, portanto, não é mais percebido como um país intermediário, de passagem – os índices de “remigração” baixarão drasticamente a partir de 1933.

#### **1.4 A REVOLUÇÃO DE 1930 E A RUPTURA COM O PASSADO: NATIVISMO, EUGENIA E RESTRIÇÃO.**

A Revolução de Trinta e a nomeação de Getúlio Vargas constitui uma profunda ruptura com os moldes da política feita anteriormente. Ao mudar o eixo do governo central e dos grupos que ele representava, o regime recém instaurado alterou algumas das formas seculares da administração pública e o funcionamento da política brasileira.

Nos finais do primeiro decênio do século XX anunciava-se entre juristas, jornalistas, parlamentares, intelectuais e grandes produtores rurais um certo desencanto com a República (IGLÉSIAS, 2002). Expressões como “republicanizar a república”, “restaurar a república” ou frases como “esta não é a república dos meus sonhos” foram manchetes dos principais jornais da Capital.

Nos anos vinte severas reservas e censuras tomam contornos agudos, de modo que entre os anos de 1922 a 1930 vislumbram-se inúmeros esforços de ruptura com o passado no que ele tem de anacrônico e obsoleto (IGLÉSIAS, 2002; FAUSTO, 2015).

Segundo Iglésias (2002), o ano de 1922 marca simbolicamente o surgimento da ampla campanha de ruptura. Neste ano teremos uma luta sucessória das mais agitadas, mais acidentada que a de 1910.

Em 22 apresentam-se dois candidatos – Arthur Bernardes e Nilo Peçanha. O primeiro é mineiro, o segundo fluminense, obtendo forte apoio de políticos gaúchos funda a Reação Republicana. O processo eleitoral deixará muitos descontentes (FAUSTO, 2015).

Contra Bernardes se insurgem setores do Exército ligados ao Clube Militar. Os jovens tenentes exigirão uma total renovação da política nacional e serão ativos atores políticos na projetada Revolução de 1930, participando do regime até o ano de 1932.

A Coluna Prestes irá marcar o movimento tenentista, levando o protesto e o desejo de renovação política ao sertão e regiões do vasto interior do Brasil.

Além do tenentismo, a partir da década de 20 se vislumbra uma forte preocupação de setores políticos brasileiros quanto ao avanço do comunismo e do socialismo em nosso país. Uma onda direitista surgirá, tendo o Centro Dom Vital a vanguarda direitista nas principais capitais. Em 1922 funda-se o Partido Comunista, intimamente ligado aos PCs internacionais após a Revolução Russa de 1917 (IGLÉSIAS, 2002; FAUSTO, 2006).

Temos, portanto, a emergência de uma ampliação do debate político no plano das idéias além do jogo imediato dos pleitos nas urnas, com disputas sempre tão acaloradas entre as elites de Minas e São Paulo.

Outro acontecimento de grande renovação foi a Semana de Arte Moderna (13-15, 17 de fevereiro de 1922), o evento que marca a incorporação do modernismo nas artes e literaturas brasileiras. Renovação que marcará o fim do romantismo, do parnasianismo e do simbolismo em nossas letras, mesmo que lentamente (CÂNDIDO, 1980).

Os jovens intelectuais paulistas, filhos da aristocracia cafeeira, buscam romper com a vela *intelligentzia* para uma total renovação do cenário, renovação que significou uma redescoberta do Brasil, visível nos manifestos literários de grandes mentes recém-chegados da Europa, traficando novidades e novos ares numa província em franca urbanização (CÂNDIDO, 1980).

Esses acontecimentos ocorridos ao longo da década irão passar de críticas a um sentimento compartilhado de novos contornos para a nação. Que terão reflexos na vida política nacional.

A gestão de Arthur Bernardes foi marcada por tumultos e insurgências. Há de se levar em consideração as constantes greves e perseguições aos sindicatos com forte presença de imigrantes italianos e portugueses de ideologia anarquista.

Neste governo uma tipologia de imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis” é rascunhada de modo difuso em jornais e portarias do Governo Federal. Classificando muitos imigrantes como “marxistas” e comunistas.

Em 1926 temos a repetição do eixo Minas-São Paulo, com um presidente representando os paulistas – Washington Luís. Será um mandato de lutas internas, crise econômica devido à repercussão da Crise de 1929. Em 1930 teremos novas eleições presidenciais, onde o encaminhamento será mal e teremos como desfecho a ruptura conhecida como Revolução de 1930.

Com a instauração do Governo Provisório e o reconhecimento de Vargas como Presidente, perde a vigência a Constituição de 1891. “O Congresso é suspenso, há censura à imprensa, os governadores dos Estados são substituídos por interventores. Nesse primeiro instante os tenentes influem diretamente em Vargas, obtém posições” (IGLÉSIAS, 2002).

Já em Dezembro de 1930, a preocupação com a situação dos imigrantes se apresenta como algo a ser resolvido pelo novo Governo. Um decreto é emitido pondo limite e disciplina “à afluência desordenada de estrangeiros”, que seria percebida como responsável pelo desemprego entre as populações urbanas.

O mesmo decreto obriga as empresas a terem pelo menos 2/3 de empregados brasileiros (natos). Neste ponto, o decreto explicita o debate entre os setores autoritários nacionalistas do novo regime, que procurando manter seus *status quo*, iniciam uma batalha sobre as definições precisas sobre a imigração e os imigrantes no Brasil.

Muitos dos políticos urbanos argumentavam a necessidade dos imigrantes serem banidos do país. Isso colocou muitos imigrantes e refugiados judeus em situações precárias (LESSER, 1995).

O crescimento do nativismo no Brasil forçou o governo federal a reavaliar sua posição tradicional de incentivo à imigração. Isso foi reforçado por mudanças políticas ocorridas na Europa, onde diversos males estavam sendo atribuídos a grupos minoritários. A longa tradição brasileira de um pensamento racista de influência europeia forneceu a retórica xenofóbica a ser utilizada para atingir grupos como o de imigrantes judeus, que chegavam em quantidade crescente e com frequência estabeleciam-se nas áreas urbanas. (LESSER, 1995).

Na Capital do Brasil, o bairro da Praça Onze passa a nuclear as principais instituições filantrópicas e comunitárias, em especial, as inúmeras instituições de amparo ao imigrante judeu. No próximo capítulo uma reconstituição do bairro é apresentada, pois a família Brand como tantos outros judeus da década de 20 será tributária das instituições que se localizarão ali. .

Vale destacar que com a emergência do nativismo na política brasileira com o novo regime, os judeus apresentaram um desafio às teorias eugênicas no Brasil, interessadas no branqueamento por meio da imigração europeia (LESSER, 1995 et 2014). Desejo antigo das elites desde o Império e seus empreendimentos imigratórios, em especial, realizados na Serra Fluminense e região Sul do país.

Os judeus eram considerados brancos, contudo, racialmente diferentes, mesmo que fisicamente iguais aos europeus. Representados como traiçoeiros e incapazes de abandonarem sua cultura, um sentimento antijudaico foi sendo construído por pensadores influentes, como Oliveira Vianna, professor universitário e historiador.

Oliveira Vianna foi um dos pioneiros da divulgação das Ciências Sociais francesas no Brasil, fato pouco lembrado devido sua intensa militância como importante eugenista brasileiro.

Além de Oliveira Vianna, podemos citar Renato Kehl, diretor do *Boletim de Eugenia*, que se voltava quase sempre contra judeus (LESSER, 1995).

Em folhetins e revistas ilustradas, podemos destacar a militância anti-judaica de Brasilino de Carvalho, travestida em discursos nativistas de valorização da brasilidade em defesa do projeto étnico-político de Vargas – o ideal de higienização da raça (CARNEIRO, 2014).

Com presença já estabelecida no Brasil, os judeus ao lado dos japoneses tornam-se alvos dos principais intelectuais e políticos nativistas. Os japoneses tiveram como defensores os fazendeiros interessados nos serviços agrícolas dos mesmos. Já os judeus europeus, contudo, “contavam com pouco apoio diplomático e raramente desempenhavam o papel agrícola que se exigia dos imigrantes” (LESSER, 2015).

Além disso, muitos dos imigrantes poloneses e dos países da Europa Oriental eram de origem semita. Fato este que quando percebido pelas autoridades logo esbarrou com os discursos nativistas.

Nesse sentido, as constituições de 1934 e 1937 reservam ao Governo Federal o serviço de imigração e colonização, retirando a autonomia dos estados como anteriormente, voltando-se, portanto, à centralização. Estas mesmas Constituições estabelecem igualmente um sistema de quotas a imigração ao máximo anual de 2% dos imigrantes de cada nacionalidade.

As discussões em torno das novas constituições tornam o debate nativista algo generalizado, e neste momento, frente à situação dos judeus na Europa, o nativismo torna-se um antissemitismo específico (LESSER, 1995). Este se apresentará como restrições generalizadas a entrada de imigrantes judeus, principalmente com o advento do Estado Novo.

A JCA, tão importante anteriormente mediante os empreendimentos de Colônias Agrícolas no continente, continua zelando por seu papel de mediação junto ao Estado na organização da imigração judaica em nosso país.

A partir de 1934, ela organizará protestos “contra o tratamento tirânico recebido pelos judeus” que tentavam vir para o Brasil, com a calamidade que já se avistava na Europa. Seus escritórios internacionais foram ativos na busca de concessões de vistos junto aos consulados brasileiros, conseguindo relativo sucesso com a

concessão de vistos para imigrantes com familiares residentes e naturalizados, mediante cartas de aceite.

Queixas frequentes ao Ministro da Justiça eram emitidas, cartas aos altos escalões do Governo eram enviadas. Denúncias e críticas eram impressas em jornais de circulação internacional sobre o antissemitismo presente em representantes do Estado brasileiro.

Apesar de nunca existir uma política aberta aos princípios humanitários envolvendo os judeus, a JCA obteve sucesso no que tange à concessão de vistos aos imigrantes membros da burguesia judaica. Esta posição ambígua possibilitou a entrada de quantidades significativas de judeus.

Esta ambiguidade fará com que as instituições comunitárias trabalhem por dentro sistema para conseguirem concessões de vistos para refugiados da Segunda Guerra Mundial. Além de contarem com setores do Itamaraty que ignoravam as normas restritivas em casos específicos e com certa liberdade interpretativa (KOIFMAN, 2012; LESSER, 2014).

Esta ambiguidade do Governo Vargas quanto aos judeus no período da Segunda Guerra, com ações legais e contrárias a própria Constituição de 1934, suspendeu muitas das restrições fazendo com que mesmo num clima de antissemitismo, 12. 287 entrassem no Brasil.

Num primeiro momento esta cifra pode parecer pequena comparada aos outros países do continente Sul, contudo, vale lembrar que desde 1930 a política de Vargas orientava reduzir a entrada de estrangeiros. Portanto, no período em que esta restrição se acentua (1933-1936) este número deve ser considerado relativamente alto (LESSER, 2015). O quadro abaixo explicita os imigrantes judeus que entram no Brasil neste período.

No próximo capítulo, veremos como a trajetória de vida da família Brand no Rio de Janeiro reflete as dinâmicas acima descritas. Busco acentuar as estratégias de reprodução social na nova sociedade e como de algum modo elas situam-se num quadro mais amplo dos diversos imigrantes judeus e não judeus que afluíam no período.

<b>IMIGRAÇÃO JUDAICA E GERAL PARA O BRASIL, 1933 – 1936</b>			
<b>ANO</b>	<b>JUDAICA</b>	<b>GERAL</b>	<b>JUDAICA/GERAL (%)</b>
1933	3.317	46.081	7,1
1934	3.794	46.027	8,2
1935	1.758	29.585	5,9
1936	3.418	12.773	26,0
<b>Fonte:</b> “Discriminação por Nacionalidade dos Imigrantes Entrando no Brasil, RIC, 1:3 (julho de 1940).”			



## CAPÍTULO 2 - FAZENDO A VIDA NA AMÉRICA: A FAMÍLIA BRAND NO NOVO MUNDO

*“Meu pai se chamava Max Brand e minha mãe Lola. Chegaram casados no Brasil, eram da Galícia. Eu nasci aqui, sou carioca. Meu pai foi comerciante por muito tempo e, no final da vida, trabalhou com seguros. Era um homem do cttetl e conseguiu me fazer doutor. [...] Na Praça Onze praticamente me criei; jamais vi, senti, seja nos estudos primários, secundários ou superiores, qualquer discriminação em relação à minha pessoa pelo fato de ser judeu. Todos poderiam reconhecer pelo nome, pelo sobrenome, pela origem, que se tratava de um judeu”.*

Foi no dia dois de julho de 1908 que nasceu Salo Brand, na cidade do Rio de Janeiro, no Bairro de Cascadura. Seus primeiros dias se deram em meio a uma euforia fremente: os cariocas estavam ansiosos a espera da *Exposição Nacional Comemorativa do Primeiro Centenário da Abertura dos Portos do Brasil*.

A jovem república buscava construir seus símbolos políticos e sua identidade. Nesse sentido, a Exposição Nacional celebrou, no plano simbólico e político, a nova Capital do Brasil e sua inserção num mundo cada vez mais urbano e cosmopolita.

Durante sua realização, a exposição foi visitada por um milhão de pagantes de várias regiões do Brasil. Os Estados da Federação, organizados em estandes, expõem para o público suas realizações econômicas, culturais e industriais (no sentido de produção manual ou artesanal). O evento exprime o Brasil a si mesmo.

Suas recordações sobre os pais são o ponta pé inicial para a narrativa de sua própria trajetória de vida (HANNERZ, 2015). O local de nascimento, o bairro dos tempos de criança, as origens familiares, sua percepção dos tempos de estudante.

Sabemos assim que seus pais, Lola e Max Brand desembarcam no porto do Rio de Janeiro tendo como origem a cidade de Jeroslaw, na região da Galícia polonesa.

A Galícia esteve sob o domínio austríaco desde a Primeira Partição da Polônia (ocorrida em 1772) até 1918. Sob este domínio, a região se caracterizava

como um centro de produção agrícola composta por diferentes comunidades étnico-religiosas. O total de sua produção era comprado pelo império, sendo assim, um centro agrícola subdesenvolvido. O mosaico religioso era composto por católicos romanos, melquitas e judeus. Tensões entre os distintos grupos eram constantes (FALBEL, 2008).

Jeroslaw possuía um importante centro comercial. O censo de 1901 indica que 5.700 (25%) famílias judias habitavam a cidade. Em sua maioria, residentes em bairros próprios ou em distritos denominados oficialmente pelo império austríaco de *miasteczko*. Em *idish*, “língua franca” dos judeus do Leste Europeu, idioma que conserva o alemão medieval misturado com palavras eslavas e hebraicas, *shetl*.

O *shetl* era uma forma de povoamento estritamente judaico. Vamos encontrá-lo espalhado por todo o território que compreende hoje a Ucrânia, Polônia, Rússia, Bielorrússia e Alemanha. De certo modo, podemos vê-los como enclaves étnicos cuja atividade econômica principal girava em torno da agricultura e do pequeno comércio ambulante.

Na segunda metade do século XIX, a situação dos judeus do Império austro-húngaro iria se deteriorar com a emergência dos nacionalismos totalitários – como o croata, bósnio e polonês.

Esta época é marcada por emigrações acentuadas. Assim, se em 1880, cinco milhões de judeus viviam nos territórios da Europa Oriental, seis décadas depois, quatro milhões haviam fugido da pobreza, dos *pogroms* – perseguições antissemitas, e do serviço militar obrigatório com destino às Américas, à Palestina, África do Sul e Austrália (KUSHNIR, 1996).

Em nosso continente, Estados Unidos, Argentina e Brasil foram importantes pontos privilegiados de chegada. Havia uma representação do novo mundo como repleto de possibilidades onde as acidentadas relações nos países europeus inexistiam. Até a segunda década do século XX, os EUA e a Argentina atraíram os maiores contingentes populacionais.

O Brasil torna-se uma opção a partir da emergência de quotas de entradas de imigrantes naqueles países. Nos EUA, o National Origins Acts, impediu a entrada de imigrantes em 1921, 1924 e 1926.

Na Argentina, duas leis são promulgadas no fim de 1922 diminuindo acentuadamente a imigração. Os cônsules argentinos são impedidos, inclusive, de emitirem vistos para refugiados judeus (LESSER, 1995).

As leis acima “fechando” os portos americanos e argentinos tornaram possível a vinda de inúmeros judeus para o Brasil. Nesse sentido, podemos afirmar seguramente que o fim da Primeira Grande Guerra foi um marco para o aumento da imigração de judeus no país, mais especificamente dos que viviam na Europa Oriental.

<b>Imigração Judaica e Geral para o Brasil, 1925-1929</b>				
<b>Ano</b>	<b>Judaica</b>	<b>Var. %</b>	<b>Geral</b>	<b>Var. %</b>
<b>1925</b>	1.690	***	82.547	***
<b>1926</b>	3.154	87	118.686	44
<b>1927</b>	3.175	0	97.974	- 17
<b>1928</b>	3.167	0	78.128	- 19
<b>1929</b>	4.874	54	96.186	23
<b>Fontes:</b> RIC, 1:3 (julho de 1940), 633-38, SCA 1926, JCA-L.				

Mesmo em constante crescimento, como demonstrado na tabela acima, o governo brasileiro começou a restringir seus próprios procedimentos imigratórios. Em 1921, Epitácio Pessoa ordenou apenas a entrada de imigrantes que pudessem comprovar que podiam sobreviver financeiramente no Brasil, contudo, não assistimos nada parecido com o sistema de quota dos EUA e Argentina (LESSER, 1995).

Beatriz Kushnir (1996) argumenta que mesmo compondo um grupo étnico, não devemos traçar um perfil homogêneo desses imigrantes. Segundo ela, cada grupo que chegou “[...] trouxe distintas contribuições para o país de chegada, como também um particular desenho e identidade à comunidade formada”.

Desvelar as especificidades dos fluxos imigratórios, o mundo da emigração e o mundo da imigração (SAYAD, 1998), nos oferece leituras mais refinadas sobre os

deslocamentos do grupo no globo e sua relação com o nosso país, já que a presença judaica no Brasil remonta inclusive nosso passado colonial.

A atenção a estas dimensões nos revela que quando os Brand chegam ao Brasil, a “escolha” de emigrar para cá se torna um enigma – já que as sociedades de imigração para muitos dos emigrados judeus do Leste Europeu eram os portos de chegadas localizados nos EUA e Argentina.

Assim, quando Lola e Max chegam ao Rio de Janeiro, uma comunidade judaica composta por judeus oriundos da Europa Ocidental já estava estabelecida na Capital do Brasil desde o fim do Império.

A partir dos anos 20 irá se formar uma comunidade judaica muito distinta da anterior, nucleada no bairro da Praça 11. A trajetória da família Brand no Brasil será marcada pela vicissitude da formação dessa comunidade, que irá conviver com aquela que já existia aqui anteriormente.

## **2.1 JUDEUS OCIDENTAIS E AS COLÔNIAS JUDAICAS NO PAMPA GAÚCHO**

Quais as origens dos judeus residentes no Rio de Janeiro antes da Primeira Guerra mundial? Quais suas instituições? Como era a dinâmica comunitária?

Pouco se sabe a respeito. Falbel (2008) relata que os judeus deste período chegam ao país a partir da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Originados de comunidades aculturadas à civilização europeia ocidental, cuja identidade é marcada por laicismos de diferentes matizes.

Uma carta rabínica endereçada à Isei Levy, judeu residente na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1839, retrata o cenário à época:

[...] como israelita e professor de religião, não vejo com bons olhos o estado das coisas no Rio. (...) não há rabino, não há *hazzan* (chantre), e que os poucos *yehudim* (judeus) no Rio não estão ainda em condições de formar uma congregação. Pelo seu pedido de efetuar pessoalmente a cerimônia (de casamento), devo deduzir que não há sequer um *shochet* (magarefe ritual), e, conseqüentemente, sua comida é *tréifa* (não pura, do ponto de vista religioso). Assim, por

ocasião da festa de casamento, depois de ter pronunciado as bênçãos prescritas e agradecendo ao Deus dos seus pais pela graça de ter-nos dado os Mandamentos, irão sentar-se para saborear comida proibida pelos Seus Mandamentos. Isto é uma flagrante violação da Ley, o que muito me doeria se fosse inevitável. Mas, não sendo uma necessidade da qual não se pode escapar, sinto muito mais o fato, e devo demonstrar o grande pecado que está sendo cometido, porque seria possível mandar vir um *schohet* (magarefe) que iria substituir, em alguns aspectos, o rabino que V.S. tanto precisa. (2008, Apud FALBEL, p. 289).

Como podemos ver, naquele ano não havia uma instituição no qual os judeus pudessem organizar seus respectivos rituais de modo adequado às prescrições religiosas.

Segundo o *American Israelite*, residiam no Rio de Janeiro 200 judeus em 1890. Comparativamente, no mesmo ano o jornal informa que nos EUA residiam 200.000 judeus.

Um ano anterior, no dia 2 de outubro, o Jornal do Comércio noticia a constituição da *Communauté Israelite*, composta por Marc Rosenwald; E. S. Hanau; Albert Welisch; Isidore Haas; Germain Bloch; Eugene Levi; Henry Levi; Emmanuel Libmann.

A iniciativa visava em seu estatuto construir uma nova instituição religiosa que congregasse todos os israelitas residentes na cidade. Há uma preocupação generalizada quanto ao novo regime instaurado. Seus fundadores não conseguem êxito no empreendimento, tendo o projeto sido abortado em poucos meses.

Alguns anos mais tarde, outra tentativa por parte de alguns judeus na cidade busca fundar uma instituição beneficente e religiosa chamada *União Israelita do Brasil*. Após insistentes convites no *Jornal do comércio*, a instituição não logra sucesso entre os judeus domiciliados no Distrito Federal.

Esta primeira leva de imigrantes dos países da Europa Ocidental se assimilara profundamente, deixando poucos vestígios, e muitos de seus

descendentes se converteram ao catolicismo ou permaneceram indiferentes à religião judaica.

Uma crônica urbana, escrita por João do Rio, no ano de 1904, descreve a vida comunitária no alvorecer do novo século:

O Rio tem uma vasta colônia semita ligada à nossa vida econômica... cerca de quatro mil famílias... dez mil judeus... Há israelitas franceses, quase todos da Alsacia-Lorena, marroquinos, russos, ingleses, turcos, árabes... Muitos são joalheiros, com arte de brilhar mais jóias e de serem amáveis. Franceses, ingleses, alemães, o culto desses cavalheiros, apresentáveis mundanos, reveste-se de uma discrição absoluta. Uns praticam o culto íntimo, outros não precisam de *chantré*(Khasan) e fazem juntos apenas duas grandes cerimônias: o *Iom Kipur* ou dia das lamentações e do perdão, e o ano novo ou *Roch Hashaná*. Algumas sinagogas já têm sido estabelecidas nas salas de prédios centrais para receber estes senhores. Atualmente não há nenhuma estando na Europa quem mais se preocupava com isso. (RIO, 2006).

Menção a esses judeus franceses é realizada por Jacob Schneider<sup>10</sup>, ativista comunitário sionista. Ele relata que o primeiro pergaminho de leitura pública nas sinagogas foi doado por uma associação de judeus da Alsacia-Lorena ao Centro Israelita do Rio de Janeiro em 1910 (apud FAIBEL, 2008).

João do Rio também relata a presença de judeus marroquinos na cidade. Seu relato, preñado de imprecisões, nos informa a existência duma sinagoga na Rua da Alfândega, 369. O templo era modesto, “[...] entra-se num corredor sujo, onde crianças brincam. Aos fundos fica a residência da família. Na sala da frente está o templo, que quase sempre tem camas e redes por todos os lados [...]”. (RIO, 2006).

Como podemos ver, este tipo de “templo” se misturava ao cotidiano doméstico de alguns de seus frequentadores, que pertenciam ao “rito argânico”, expressão criada pelo autor cujo sentido pode ser “ortodoxo”.

---

<sup>10</sup>Nascido na Bessarábia no ano de 1887, Jacob emigrou para o Brasil no ano de 1903, estabelecendo-se inicialmente no interior de São Paulo, onde possuía parentes. Sua irmã foi casada com Isaac Tabacow, importante líder sionista. No Rio de Janeiro, destaca-se no comércio de móveis. Participa intensamente da vida comunitária carioca, participando da fundação da Hebraica na década de 1950, juntamente com Salo Brand e outras personalidades.

Os rituais fúnebres eram realizados no Cemitério dos Ingleses ou na quadra dos protestantes do Cemitério São Francisco Xavier. Por ocasião dos finados, em 1898, publicou o Jornal do Comércio um artigo sobre os “costumes israelitas da Capital”:

Quando comemoram o aniversário de morte de um parente ou de um amigo, as mulheres vão às sinagogas e acendem velas de cera nos altares, recitando unicamente os homens as orações, isto tarde da véspera de aniversário e no dia do aniversário pela manhã e antes de recolher-se o sol. Em agosto visitam o cemitério de novo, os mais crentes, e aí, junto das sepulturas, pedem aos mortos a sua intervenção junto a Deus para o perdão dos pecados, sendo denominado esse dia de Yom Kipur. Nesse dia jejuam todos e passam-no no rigoroso recolhimento [...]. (1975, Apud, Wolff.).

Apesar dos relatos serem imprecisos, temos uma descrição dos lugares, dos agentes comunitários e alguns aspectos religiosos do grupo num contexto em que o fluxo imigratório não era intenso.

Justiniano Meyreles, funcionário da Diretoria de Estatística da Secretaria de Indústria e Comércio escreve um artigo intitulado “Mosaismo no Brasil” a pedido do importante intelectual judeu David José Perez.

Os dados nos apresentam informações sobre as comunidades judaicas do Distrito Federal e de outras localidades. O artigo apresenta a primeira sistematização das informações sobre imigrantes judeus no Brasil. Segundo seu autor, os dados foram coletados a partir de informações orais e mediante trocas de cartas com filiados às instituições consultadas.

No Rio de Janeiro, a primeira instituição dos judeus ocidentais foi o *Centro Israelita do Rio de Janeiro*, com registro público no dia 1 outubro de 1910. Havia 80 pessoas filiadas, tendo realizado até a consulta 140 reuniões.

Havia também à época o *Centro Israelita Marroquino*, atual sinagoga *Shel Guemilut Hassadim*, localizada no Bairro de Botafogo. Fundado em 24 de setembro de 1911, a instituição possuía 44 filiados quando o artigo veio a lume.

A década de vinte, portanto, marca um acréscimo e intensificação da imigração judaica do Leste Europeu no Rio de Janeiro ao país e não o início desta imigração. Portanto, a partir desse decênio assistiremos a multiplicação de

sinagogas, agremiações políticas, surgimento de escolas religiosas e seculares, a vinda de rabinos com formação em seminários europeus, professores de hebraico, em fim, a gênese duma outra *figuração* (ELIAS, 2002) na cidade do Rio.

Os pais de Salo Brand chegam provavelmente entre os anos de 1904 a 1906. Salo Brand relata na década de 1980 aos pesquisadores Egom e Frieda Wolff (1986) que seus pais “[...] foram juntar-se à família em Buenos Aires, porém, a mudança não deu resultado, voltando eles para o Rio”.

Esta informação indica que a vida no Brasil poderia oferecer mais chances de relativo sucesso. Não sabemos os motivos que levaram o casal a “aceitar” o Brasil e os motivos que o levaram a “rejeitar” o país de seus familiares, contudo, esta informação nos leva a situar os Brand no fluxo imigratório ligado aos empreendimentos políticos da *Jewish Colonization Association* – instituição filantrópica criada em 24 de agosto de 1891, em Londres.

A JCA/ICA tinha por missão:

facilitar a imigração dos israelitas dos países da Europa e Ásia, onde reprimidos por leis restritivas e privados de direitos políticos, para outras regiões do mundo onde possam gozar desses e de demais direitos inerentes ao homem. Estabelecer para tanto colônias agrícolas em diversos territórios da América do Norte e do Sul, bem como outros lugares. Promover e sustentar estabelecimentos de educação, adiestramento e fomento que permitam melhorar as condições materiais e morais dos judeus pobres e necessitados.

Apoiados por setores dos países latino-americanos, o primeiro projeto de colonização no continente foi encetado na Argentina, na província de Entre Rio. Duas colônias agrícolas foram compostas por judeus poloneses na região, denominadas Colônia de Lucienville e Bassavilbaso. Posteriormente, judeus oriundos da Lituânia formam a Colônia de Moiseville.

No Brasil, a Associação a partir de 1904, realiza um projeto de colonização no Rio Grande do Sul, adquirindo 7.767 hectares de terra em Pinhal, localizado no município de Santa Maria. Denominada de Philippon, em homenagem a Franz Philippon, vice-presidente da JCA na época. Trinta e oito famílias formariam a primeira colônia judaica no Brasil no ano seguinte.



Desse modo, mesmo participando junto aos familiares duma política de realocação em áreas rurais do pampa argentino, os Brand decidem regressar ao Brasil no ano de 1912, como atesta o bilhete guardado no arquivo pessoal de Salo Brand.

Para o casal, a cidade do Rio de Janeiro apresentava melhores oportunidades de ascensão social. Vale destacar que na primeira década do século XX, o Rio era o maior centro comercial do país, além de Capital da República. Os primeiros anos anunciam um tempo de progresso e futuro estável.

O Brasil integrava-se bem na comunidade americana. O país que Max, Lola e Salo Brand encontram em 1912 ainda continuava a ser agrícola, tendo a economia cafeeira superioridade sob outros produtos.

O pouco incentivo na indústria não significa que ela não se desenvolve a sombra do café. Temos um país com 17,4 milhões de habitantes e um capital industrial crescente que dá os meios de pagamentos à população urbana (IGLESIAS, 2002). O proletariado carioca superava o paulista.

A cidade do Rio de Janeiro nucleava toda a criatividade cultural do país. A Capital concentrava as modas, o fausto luxo dos produtos europeus circulando num Ocidente que experimentava a globalização, as invenções tecnológicas, as novas sociabilidades dos corpos em carnavais, clubes de esportes, e, ao mesmo tempo, irradiava essas novas criações urbanas no emergente comércio de tecnologias.

Um intenso bombardeio sensorial e emocional (SEVCENCO, 2014) atestava que o país se integrava no Ocidente e a República significava a modernidade numa terra que necessitava apagar seu passado escravocrata e colonial.

Para inúmeros imigrantes, este período significou a chance de reconstruir suas vidas aproveitando as oportunidades disponíveis e os espaços sociais franqueados.

Centro cultural do país, o Rio, então Distrito Federal, era o lugar dos empregos, da administração pública, da política e de expectativas de crescimento material.

Além disso, o quadro político no país de origem, às vésperas da Primeira Guerra, impossibilita qualquer projeto de retorno. O regresso ao Brasil após a

estadia na Argentina será o projeto de vida do casal, principalmente nas primeiras décadas.

“Fazer a América” significou lutar por melhores condições de vida material no novo país e proporcionar ao filho uma educação como a forma mais acertada de inserção social e de participação e elevação financeira.

Para o casal Brand parece representar um caso particular de muitos imigrantes judeus do Leste Europeu que buscaram sua ascensão social no novo mundo a partir duma agência em que valorização da educação formal, propiciada pelo alcance de profissões de nível superior, se caracterizou como principal estratégia.

Joana Bahia (2009) ressalta, ao analisar segmentos da comunidade judaica sionista e socialista no Rio de Janeiro que este padrão de comportamento era exacerbado entre distintos grupos de imigrantes judeus no Brasil. O acesso à cultura letrada, num país em que as taxas de analfabetismo chegavam a 50%, era um padrão delimitador e não universal.

O relato da epígrafe de abertura deste capítulo, onde o filho lembra o pai como “um homem do chtetl” que consegue fazê-lo doutor diz muito sobre seu núcleo familiar.

Esta ideia “dos pais” marcará as primeiras lembranças de Salo Brand dos tempos de meninice: as primeiras iniciativas profissionais do pai no país, seu interesse no ensino secular aliado à formação religiosa, seus professores e escolas, a aprendizagem do primeiro ofício de taquígrafo, a personalidade paterna rígida e austera. Em fim, os pais como possuindo expectativas de elevação social em que a valorização da cultura letrada era central.

O mesmo relato explicita a importância do bairro na vida familiar – é na Praça Onze, no que ela significou para os judeus, que Salo vive os primeiros anos da infância. Na cidade do Rio de Janeiro no período em que ela ia se arrumando para os novos tempos da República.

De todo o modo, o casal Brand não realizou esse projeto sozinho, eles receberão a ajuda de muitas pessoas e, acima de tudo, duma estrutura comunitária

que proporcionará proteção e acesso aos capitais (BOURDIEU, 1989) necessários a uma reprodução social exitosa no novo país.

## **2.2 O MASCATE MAX BRANDE OBAIRRO JUDEU DA PRAÇA ONZE**

Quando chegam ao Brasil, Max tentará obter, entre os meses de junho a novembro, uma licença de trabalho. A família residirá no bairro da Praça Onze, região central da cidade.

Naquele ano, a localidade situada na região da Cidade Nova já concentrava fábricas e lojas.

Um intenso comércio se desenvolvera no Bairro, principalmente por ele possuir fácil acesso a outras localidades - pela presença de cocheiras das companhias Ferro Carril Fluminense e Fluminense de Transportes nas ruas das Flores e São Leopoldo, respectivamente (FRIDMAN, 2007).

Foi nesta localidade que se fixaram ex-escravos das lavouras de café cultivadas na Serra Fluminense e inúmeros imigrantes recém-chegados ao país. Por ser uma região que nucleava fábricas, indústrias, indústrias de manufaturas e comércios diversos, a provisão de moradias para gente com poucos recursos orbitou esta localidade, principalmente por ser um espaço urbano desvalorizado.

Desse modo, um acelerado crescimento de habitações populares se desenvolve. Numa época em que não existiam as favelas, eram os cortiços que forneciam quartos alugados em pensões. Havia várias modalidades de habitação: estalagem, cômodos individuais, casas, cortiços, vilas, vilas de operários (FRIDMAN, 2007; RIBEIRO, 1997).

Inúmeras quitandas e casas de refeições ofereciam seus serviços aos trabalhadores e imigrantes que ali residiam. Desde 1910 os aluguéis mais baratos da cidade se concentravam nos arredores da Praça Onze.

Judeus residentes no bairro ofereciam aos patrícios recém-chegados ao país estadia, aluguéis de acomodações provisórias, casas com refeições Kosher, alimentação elaborada segundo as prescrições religiosas (FRIDMAN, 2007;

RIBEIRO, 1997). Nestas pensões, geralmente para solteiros, eram servidos os tradicionais pratos da cozinha judaica.

Na Rua Santana, n. 72, havia o famoso restaurante Schneider. Funcionando das 11h00 às 00h00 todos os dias da semana, com exceção do sábado. Filas intermináveis eram regulares nos dias da semana e, aos domingos, inúmeras famílias judias residentes em outros bairros, principalmente os do subúrbio, frequentavam o restaurante.

Com os anos, a região da Praça Onze tornou-se ponto de convergência e destino dos recém-chegados de dentro e de fora do país que buscavam fixação no espaço urbano próximo de seus pares e agremiações de apoio (FRIDMAN, 2007; MALAMUD, 1988; VELTMAN, 1998).

A constelação de emigrados era grande: portugueses, italianos, galegos, espanhóis, sírios, libaneses, israelitas da Europa Oriental – principalmente da Rússia, Polônia e Bessarábia.

Distintos grupos étnicos conformariam o espaço urbano em subdivisões espaciais onde a identidade de grupo se explicitava na paisagem citadina da Praça Onze e adjacências. Uma geografia fantástica (VOGEL, 1984), que toma a própria materialidade dos espaços urbanos, evocando nomes de ruas e lugares, constrói uma narrativa que mantém continuidade com espaços que não mais existem na arquitetura urbana carioca contemporânea. Escavar esse território a partir da narrativa nos oferece uma compreensão etnológica sobre seu significado para os próprios grupos.

A exumação desse território nos informa que a “Pequena África”<sup>11</sup> da Tia Ciata, reduto do samba carioca, estava circunscrita ao arco do atual morro da Providência, Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

A “Turquia Pequena”, o “Bairro Árabe”, compreendia as ruas da Alfândega<sup>12</sup>, Buenos Aires, Senhor dos Passos e Tomé de Souza (RIBEIRO, 1997). Atual região do Saara.

---

<sup>11</sup> Descrito na célebre obra *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*, do jornalista Roberto Moura.

<sup>12</sup> Alguns judeus oriundos do Império Otomano possuíam lojas nesta rua. Eram chamados de “turquinhos” ou “sefarditas” pelos judeus da Europa Oriental.

Os judeus se acomodaram nas cercanias da Praça Onze, formando assim o “Bairro Judeu”. Segundo Samuel Malamud:

No sentido literal, a denominação Praça onze refere-se apenas a uma praça pública, cujo nome, por extenso, era Praça Onde de Junho, homenagem a data que, em 1865, marcou a vitória do Brasil na batalha do Riachuelo. Entretanto, para a comunidade judaica do Rio de Janeiro, no decorrer dos anos vinte e trinta, essa denominação referia-se não só à própria praça, mas também aos seus arredores, onde viviam centenas de famílias judias, funcionavam dezenas de casas comerciais e pequenas oficinas exploradas por judeus de varias procedências da Europa Oriental e onde funcionavam a maioria das suas instituições religiosas, filantrópicas, culturais, sociais, recreativas e ideológicas. Naquele bairro estavam também localizadas as redações e tipografias dos vários órgãos de imprensa que, então apareciam no Rio, em *ídiche*, idioma que predominava entre os judeus asquenazitas. (MALAMUD, 1988).

O Bairro Judeu além de situar-se na praça era composto pelas ruas Visconde de Itaúna, Senador Euzébio, Santana, Marquês de Pombal, Benedito Hipólito, Júlio Carmo, São Leopoldo, General Caldwell, General Pedra, Marquês de Sapucaí, Machado Coelho, Carmo Neto, Salvador Sá, Praça da República, General Câmara, Senhor dos Passos, Buenos Aires, Regente Feijó, Luiz de Camões, Mem de Sá, Riachuelo, Henrique Valladares, Rezende (FRIDMAN, 2007; MALAMUD, 1988).

Bairro de imigrantes, negros, mestiços, prostitutas, operários, comerciantes ambulantes, a região das freguesias de Santana, Sacramento, Santo Antônio e Espírito Santo nuclearam os desenraizados no espaço que lutaram pela continuidade histórica no tempo (SEVSENKO, 2014).

Max, Lola e Salo Brand residiram entre os anos de 1912 a 1916 na região que conformava o “Bairro Judeu” da Praça Onze. Pelos preços convidativos de moradia e, acima de tudo, por ali se concentrar as principais instituições dos judeus do Leste Europeu na cidade do Rio de Janeiro – o *ishuv poilish* (colônia polonesa).

Podemos afirmar que desde 1910, a Praça Onze e seus arredores firmam-se como um bairro judeu. Cidade com um importante porto de entrada, o Rio de Janeiro vê ampliar-se o núcleo de comércio e pequena indústria na localidade.

Entre as funções comerciais destacavam-se as vendas de tecidos, roupa de cama e mesa, roupas novas, armarinhos, joias, fábricas e lojas de móveis, alimentos. O bairro concentrava uma das quatro sucursais bancárias do Distrito

Federal, despachantes e comerciantes de tintas para escrever (80%) e escolas de datilografia com “máquinas estrangeiras e modernas”. Havia inúmeros clubes de dança, clubes recreativos, botequins, bilhares.

As ocupações profissionais eram variadas, vamos encontrar grande número de alfaiatarias e empalhadores, estofadores, açougueiros, ferreiros, lustradores, pintores, retratistas, muitos deles judeus, ourives, reparadores de relógios.

Inúmeras oficinas fabris existiam na região, muitas nos quintais das casas assobradadas, destacavam-se carpintarias, marcenarias, metalúrgicas, oficinas litográficas, fabricação de cervejas, destacando-se a Cervejaria Brahma, licores, massas alimentícias, xaropes e sorvetes. Havia muitas oficinas de fabricação de móveis em madeira ou ferro.

Pela descrição acima dos bens e serviços ofertados, podemos afirmar que a área centralizou o abastecimento de comerciantes fixados na região central da cidade e, acentuadamente, comerciantes ambulantes.

Max Brand se dedicará a este tipo de comércio ambulante, chamado pelos judeus de *Klientelschik*. Este ofício empregava 35% dos judeus que chegavam ao Brasil sem ocupação definida ou aqueles que não conseguiam licença de trabalho nos primeiros meses no país. Max se dedicará ao ofício de prestamista durante os primeiros seis anos de seu regresso (1912-1918) ao Brasil.

O prestamista atuava nos subúrbios vendendo tecidos, produtos de armarinho, artigos de cama, mesa e banho, roupas prontas, móveis e joias. Os *klientéle* (prestamista) judeus vendiam “enxovais prontos de mais fina renda estrangeira para ninguém botar defeito”, sendo lembrados como casamenteiros em alguns bairros suburbanos e em crônicas de João do Rio.

Egon e Frida Wolff (1987) relatam que os prestamistas levavam suas mercadorias em um baú de 1,20 m x 35 cm, pesando em média 60 kg. Alguns chegavam a possuir um ‘burro de carga’, um trabalhador pago por diária responsável por carregar o baú. Outros costumavam vender em malas e até carroças.

Para os recém-chegados, portanto, a participação no comércio ambulante significou a conquista de ganhos salutaros para instalarem-se de imediato no país.

Uma cooperativa de apoio financeiro aos prestamistas judeus foi fundada por poloneses na Praça Onze, a *Lai Sparkasse – Casa de Empréstimo e Poupança*.

O uso da etnicidade construía vínculos comerciais entre atacadistas e varejistas em larga escala. Eram as relações pessoais que permitiam aos mascates judeus obterem crédito, que por sua vez eles repassavam a seus clientes. Esta forma de comércio significou uma inovação radical num país em que a república e novas relações econômicas eram engendradas (LESSER, 2001).

Segundo Lewin (2007),

É o comerciante que comanda o movimento do klientelschik. Isto porque ele exerce dois tipos de dominância: a decisão sobre o quê vender e o quanto vender ao ambulante. [...] Devido à ausência de alternativas creditícias, este subordina-se àquele como dominado, aceita as regras do jogo até adquirir autonomia para diversificar seus fornecedores, diluir este poder autoritário e, também, lidar com a concorrência para comprar em melhores condições de preço e prazo. (LEWIN, 1993).

Assim, o sucesso exigia uma clareza do préstimo recebido e competência em cumprir os acordos, pois o ofício é sempre uma concessão. E o crédito circulava tendo o fornecedor das mercadorias como preditor.

FRIDMAN (2007) destaca que os prestamistas

apoiavam-se em informações colhidas sobre o cliente, à medida que o negociante conhecia sua moradia e, por intermédio de contatos com a vizinhança, podia ter uma avaliação mais precisa sobre a solvabilidade de cada devedor. Os maus pagadores eram conhecidos como *tzveks* (pregos), notícia logo repassada aos demais ambulantes. O negócio a crédito se efetivava por meio dos cartões de controle de dívida, sempre em duas vias, uma que ficava com o mascate e outra com o cliente.

O prestamista vendia artigos dos mais variados em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Louças, tecidos finos, sal, grãos, novidades tecnológicas, artigos de higiene, como sabonetes, perfumes; espelho, remédios, chapéus, gravatas, lenços femininos, meia calça, pentes constituíam o estoque. Muitas das vezes os produtos comprados eram pagos com outros produtos e não em dinheiro

vivo. Estes eram revendidos pelo prestamista em seus deslocamentos e transações comerciais.

E o prestamista ficou no imaginário urbano carioca, principalmente dos subúrbios. Os jornais malhavam os maus pagadores em efemérides e os prestamistas “de mal caráter”, que vendiam produtos de má qualidade, como notícia a revista O Malho em suas páginas.

Dominando a paisagem junto aos novos maquinismos redutores das distâncias, o trem e o bonde, o “judeu da prestação” é lembrado em piadas, caricaturas e sambas nos anos trinta.

Tomemos um exemplo notável, Cordiais Saudações, escrito por Noel Rosa:

*Eu hoje sinto saudades/ daqueles dez mil réis que te emprestei.  
/Beijinhos no cachorrinho, / Muitos abraços no passarinho/ Um chute na empregada, / Porque já se acabou o meu carinho./A vida cá em casa está terrível /Ando empenhado nas mãos de um judeu/ O meu coração vive amargurado / Pois minha sogra ainda não morreu (tomou veneno, e quem pagou fui eu [...]).*

E no leilão das maiores riquezas do Brasil, Noel não se esquece do judeu tão presente nos bairros cariocas. Anos depois de sua morte, o verso torna-se atestado de antissemitismo do poeta:

*Quem dá mais.../Por um violão que toca em falsete/ Que só não tem braço, fundo e cavalete/ Pertenceu a dom Pedro, morou no palácio/ foi posto no prego por José Bonifácio?/ Vinte mil réis, 21 e 500, 50 mil réis! / Ninguém dá mais de 50 mil réis? / Quem arremata o lote é um judeu, / Quem garante sou eu, / Pra vendê-lo pelo dobro no museu [...].*

A linguagem coloquial e despojada parece indicar mais a imagem do imigrante judeu num cenário urbano, que ele participa de modo permanente, do que antissemitismo – dirá os defensores.

Porém, salta aos olhos que esse tipo de jocosidade explicita os preconceitos imputados ao grupo. Nos anos 1930, setores da classe média urbana e da indústria cultural (em franca formação)produzirão discursos antissemitas em que estigmas sociais se tornarão mais claramente delineados, mantendo íntima relação com



discursos nazifascistas (CARNEIRO, 2001). A tropicalização destes discursos impactará o próprio destino<sup>13</sup> do bairro.

O ofício de mascate podia render resultados econômicos satisfatórios no espaço de alguns anos. Para Lesser a

disposição dos imigrantes judeus em trabalhar intensamente como mascates mostrava-se tão lucrativa que com frequência levava-os a comprar pequenas lojas ou fábricas, possibilitando uma acumulação mais rápida de capital. (LESSER, 2001).

Vislumbra-se a participação intensa de empresários judeus e sírio-libaneses no ramo da indústria têxtil cuja primeira atividade no Brasil fora a de prestamista, acentuadamente entre os anos 1887-1950 (DURAND, 1985).

Na Praça Onze, a Rua Visconde de Itaúna concentrou uma extensa rede de comerciantes judeus fornecedores de diversos produtos em forma de crédito aos prestamistas. A Casa M-me Sarah, Tohornei & Rosenblat, com loja localizada na Rua do Ouvidor, 147, fornecia diversos produtos importados.

Além de importadora e distribuidora, possuíam uma fábrica no sobrado n. 144/145 de casemiras finas, tecidos e pequenos produtos de luxo manufaturados, empregando “damas israelitas”<sup>14</sup> como costureiras.

No sobrado número 38, existiu o escritório do despachante Boris Polistchuck. A fábrica matriz da Alfaiataria Spiro no n. 50. O comércio de Carlos Jerusalimski localizava-se no n. 52. Além de inúmeros outros empreendimentos comerciais, a Rua Visconde de Itaúna, e tantas outras ruas do bairro, nucleou uma importante praça de comércio em que os laços étnicos do grupo eram reforçados.

Além de contarem com os laços pessoais que viabilizava formas dadas (MAUSS, 2018) de prestação e contraprestação, a *Lai Spar Kasse* (Casa de Empréstimo e Poupança) viabilizava empréstimos em diversas modalidades: para aqueles que iriam começar o ofício; para aqueles que conseguiam acumular capital

<sup>13</sup>Que será remodelado para a construção da Avenida Presidente Vargas. Nesta intervenção a Praça Onze será destruída por completo, restando apenas algumas de suas ruas adjacentes.

<sup>14</sup>Vale destacar que o termo nativo “damas israelitas” faz referência as jovens mulheres recém emigradas, jovens casadas, moças órfãs e crianças. Empregar as “damas israelitas” era um valor moral, pois havia grandes possibilidades delas serem aliciadas à prostituição.

e desejavam reinvesti-lo para a abertura dum estabelecimento comercial em outros bairros da região metropolitana ou em outras cidades, como Nilópolis, Niterói e Campos dos Goytacazes. A Casa de Empréstimo e Poupança tornou possível a muitos prestamistas adquirirem sobrados em que no andar térreo ficava a loja, e no superior, os espaços de moradia.

Outra modalidade de empréstimo instituída pela colônia judaica estabelecida na Praça Onze nesta instituição visou socializar os custos eventuais da própria imigração, pois muitas famílias, já estabelecidas no Brasil, não podiam arcar com despesas sozinhas quando conseguiam cartas de permissão de entrada para seus parentes.

As relações comunitárias franqueavam a contratação, por exemplo, de mão de obra de serviços profissionais dos emigrados -daqueles que possuíam algum ofício. Vale lembrar que os judeus do Leste Europeu eram trabalhadores com experiência em serviços laborais de manufatura e trabalhadores de fábricas industriais. Sendo assim, rapidamente foram incorporados numa rede de serviços em que os judeus já estavam inseridos como importantes atores.

Esta rede comercial, estruturada por laços étnicos e geográficos, foi responsável por uma intensa circulação de bens e capitais entre diversas localidades em que pequenas comunidades judaicas iam se formando. Nesse sentido, a força centrífuga que o bairro exerceu contribui para a reprodução social dos emigrados e conformou a identidade no espaço urbano para além do próprio bairro.

Inúmeros núcleos judaicos se formaram a partir dos anos 1925 em outras localidades da cidade, principalmente nos bairros cuja gênese está intimamente associada às regiões limítrofes as estações de trem da linha Central do Brasil<sup>15</sup>. Madureira, Méier, Olaria, Cascadura e Nilópolis foram locais onde alguns

---

<sup>15</sup>O Subúrbio da Central situava-se nas antigas áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro. Chamado de sertão carioca, durante décadas foi à região onde a produção de alimentos era realizada por fazendeiros e posseiros. Sua densidade populacional ira se acentuar com a chegada dos trilhos do trem da linha Dom Pedro II, com acesso a Serra Fluminense. O acesso a terrenos em boas condições a preços cômodos irá impulsionar sua urbanização rapidamente. A formação dos bairros contíguos a linha Central do Brasil vislumbrou nos anos 1930 projetos urbanísticos de habitação popular e equipamentos urbanos.

prestamistas bem-sucedidos construíram comunidades, escolas e associações comunitárias.

Ana Antabi e Rachel Niskier (2014) destacam que a participação dos judeus no comércio nesta região concentrou-se na manufatura e venda de móveis.

As autoras destacam também que as lojas comerciais terão como principais fornecedores a rede de comércio e as cooperativas de ajuda mútua localizadas no bairro da Praça Onze, reforçando assim, as redes comerciais do grupo. Uma redistribuição espacial da atividade econômica foi engendrada pelos prestamistas judeus e a muitos comerciantes ambulantes irão investir seus capitais acumulados nestas regiões.

As pequenas lojas dos judeus de Madureira e Cascadura estabeleciam relações com os prestamistas judeus fornecendo a seus clientes crediário em seus estabelecimentos. O cliente levava consigo um cartão em que constava o quantum de valor a ser gasto em hebraico ídiche.

Os prestamistas judeus, portanto, facultavam créditos aos seus clientes em muitos estabelecimentos mantidos por outros judeus. Contudo, deve-se destacar que clivagens internas ao grupo se explicitavam nas relações entre pares, ora viabilizando as transações, ora inviabilizando-as.

O sentimento de comungarem uma origem comum conformava a identidade do grupo, contudo, diferentes tendências ideológicas internas explicitavam tensões e diferenças: judeus todos eram, contudo, havia judeu sionista, comunista, progressista. E estas clivagens vinham à tona nas negociações entre aqueles que comungavam do ofício de *klientelschik*.

As fronteiras e os conflitos eram perceptíveis em diferentes contextos da ecologia do grupo no espaço urbano. Outras fronteiras eram engendradas para além dos valores ideológicos: o país ou a cidade de origem, posição social, posto de trabalho etc.

Os anos de 1912 a 1914 foram os anos em que Max Brand buscou construir sua clientela como comerciante ambulante. O período de trabalho na Argentina como professor de hebraico e agricultor possibilitou o acúmulo de capital,

conseguindo chegar ao Brasil com 45 dólares americanos. Com este valor na moeda corrente, aluga um quarto para viver temporariamente numa pensão de vila próxima à Praça Onze.

Dedicou-se ao comércio de tecidos importados e camisaria masculina em linho e algodão. Levava consigo joias semipreciosas para os clientes mais abastados. Vendia perfumes e as novas modas de higiene pessoal como sabonetes, perucas, talcos, cremes Phebo.

Seu filho é matriculado na Escola Benjamim Constant, localizada na Rua de Santana, bem próximo do “jardim da Praça Onze” num imponente prédio que podia abrigar em torno de 500 a 600 crianças.

Sua construção foi resultado dum acalorado debate sobre a universalização da educação no final nos anos de 1870, onde foram criadas inúmeras escolas públicas e quatro desses palácios educacionais para atender a demanda de educação crescente, principalmente após a promulgação da Lei do Ventre Livre.

A noção geral de educação à época era que o ensino primário seria o suficiente para as camadas mais pobres. Essa concepção pedagógica franqueava o acesso ao ensino dos filhos da população livre a uma educação em que se valorizava o aprendizado dum ofício laboral ao final do processo. Desse modo, era ofertada uma aprendizagem onde as hierarquias sociais se manteriam asseguradas pelas elites.

O ensino secundário e superior eram redutos das elites senhoriais. Eles facultavam o acesso às profissões intelectuais mais prestigiadas, como a medicina, direito, engenharia; e para o exercício de cargos públicos. O restante da população deveria contentar-se com os ofícios manuais e laborais.

As três últimas décadas do Império foram acaloradas e se viu na boca de advogados, médicos, escritores, jornalistas e intelectuais projetos distintos para “assistir”, “educar” e “instruir” as crianças. Foi nessa época que as modas pedagógicas afrancesadas circularam entre setores letrados que definiam as

políticas de educação do Estado Imperial, portanto, as políticas para as instituições públicas<sup>16</sup>.

Principal modelo educacional para as camadas sociais populares, a Escola Benjamim Constant (à época de sua fundação Escola São Sebastião), onde Salo Brand cursou todo seu ensino primário, era um “palácio educacional da corte”<sup>17</sup>.

Os palácios educacionais da corte eram instituições custeadas com recursos do Estado Imperial. Sua localização na populosa freguesia de Santana explicita a centralidade que o bairro já possuía ainda no século XIX, como descrito anteriormente.

A novidade dos “palácios educacionais” foi a própria definição mais especializada da função da Escola Pública e, acima de tudo, o grande número de crianças que eram inseridas no sistema educacional marcava as profundas transformações da sociedade brasileira que se viu obrigada a universalizar o acesso ao ensino, reproduzindo nele suas desigualdades e hierarquias sociais.

Aos meninos, o currículo previa aulas de álgebra, geometria, gramática, língua pátria (leitura e escrita), história e geografia pátrias, latim, grego. As meninas eram apresentadas as noções elementares de cálculo, língua pátria (leitura e escrita), juntamente com bordado, costura, catecismo e todo tipo de “saberes domésticos”.

Quando prosseguiam do ensino primário para o ensino secundário, as meninas eram direcionadas para Escolas de Magistério – principal política educacional direcionada ao público feminino.

Esses mundos separados - entre filhos de homens livres e recém-libertos, meninos e meninas, brancos e negros –, previam inserções distintas. De todo modo, as políticas educacionais, iniciadas a partir de 1870 e intensificadas na Primeira República, bem como o debate entre os atores políticos interessados, propiciaram inclusão social de modo mais amplo.

---

<sup>16</sup> Principalmente as francesas da École Populaire.

<sup>17</sup> Ao todo, foram fundados três palácios entre os anos de 1870 e 1880: São Sebastião e São José, nas freguesias de Santana (onde se situava a Praça Onze) e São José; e Escola Pública da Glória – atual Escola Estadual Amaro Cavalcanti, no largo do Machado.

A ampliação dos direitos educacionais significou, portanto, o alargamento da cidadania, ao menos em seus discursos formais entre os republicanos. O aproveitamento das possibilidades era uma oportunidade ímpar de ascensão social para ex-escravos e milhares de imigrantes que chegavam ao país.

Para Max e Lola Brand, esta ampliação dos direitos educacionais foi algo experimentado com grandes expectativas. O casal irá concentrar todos os esforços para que o filho tenha uma educação formal sem qualquer tipo de sobressalto.

Não cabe dúvida quanto à importância da educação na vida das primeiras gerações como a principal estratégia de inserção social para os filhos já nascidos no Brasil. Ter o filho “doutor” era um valor partilhado entre os emigrados que labutavam como mascates, nas profissões laborais e no comércio.

Portanto, os esforços de Max e Lola Brand para o filho obter a melhor formação educacional com vistas a sua inserção no mundo dos “doutores”, como Salo Brand relata na abertura deste capítulo, explicita uma estrutura de sentimentos (WILLIAMS, 2013)<sup>18</sup> que vai ao encontro do que significou a universalização dos direitos educacionais ao longo da primeira década da República.

O jovem Salo Brand jamais saberá o que significa a lide do trabalho, como muitas crianças que eram incorporadas ao cotidiano laboral dos pais. Contudo, manter a constância dos estudos formais do filho, num momento em que a manutenção dos recursos materiais do núcleo familiar exigia se ausentar longas horas do dia, só foi possível por esse esforço se inserir num projeto individual (do núcleo familiar), mas acima de tudo, coletivo.

Gilberto Velho define projeto como “conduta organizada para atingir certas finalidades específicas”. Os projetos coletivos carregam os demarcadores ligados à família, ao grupo social, as instituições e são sempre interpretações individuais, pois

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em

---

<sup>18</sup> Sendo um sentimento partilhado pelo grupo, sua emergência tem por causa a experiência social reflexiva, isto é, a consciência empírica de um grupo social numa situação histórica particular. Como uma visão particular do mundo que dá coerência ao grupo social e o mantém

princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. (VELHO, 2003, p. 46).

Portanto, os projetos coletivos e individuais não são processos homogêneos ou lineares, pois o indivíduo-sujeito representa um ponto entre a intersecção de diferentes mundos sociais. Seu trajeto é intimamente influenciado por sua inserção num campo de possibilidades, pois o

Campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée* (Velho, 2003, p. 47).

Campo de possibilidades é, portanto, o conjunto das alternativas que se apresentam para o indivíduo a partir de processos sociais e históricos mais amplos. Essas alternativas são interpretadas a partir das dimensões simbólicas da cultura.

Desse modo, a capacidade interpretativa confere aos indivíduos a possibilidade de ao longo da vida avaliar e alterar os projetos de sua trajetória pessoal, tendo como referência projetos individuais e coletivos.

Portanto, a geração dos pais de Salo Brand, os judeus que emigraram nas primeiras décadas do século XX, possuíam a expectativa de romper com as condições experimentadas anteriormente em seus países de origem. Sua inserção na sociedade de acolhimento se deu no exercício de atividades comerciais, por outro lado, eles aspiravam para seus filhos outros modos de inserção a partir das alternativas educacionais existentes e em franca ampliação.

Além de políticas públicas de universalização do ensino por parte do Estado brasileiro, essas alternativas educacionais faziam parte do projeto coletivo dos judeus do Leste Europeu localizados na Praça Onze. Concomitantes às instituições

comunitárias de ajuda mútua<sup>19</sup>, uma rede escolar comunitária foi se constituindo no bairro a partir da segunda década do século XX.

Os perfis das instituições de ensino explicitavam a pluralidade política e ideológica dos grupos que formavam o bairro judeu. Perseguir a trajetória individual de Salo Brand ajuda-nos a compreender outras tantas trajetórias possíveis da primeira geração de judeus nascida no Brasil.

### 2.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PRESERVAÇÃO DA CULTURA

*The Ghetto* (1928), escrito pelo sociólogo Louis Wirth, foi o primeiro trabalho empírico da sociologia norte-americana sobre um bairro judaico na América. Ao analisar o bairro judeu que se forma na cidade de Chicago no final do século XIX, ele busca descrever as peculiaridades da experiência americana comparando-a com os tradicionais bairros judaicos europeus, em especial, o localizado na cidade de Frankfurt.

Sua descrição do bairro judeu americano circunscreve a construção coletiva pelo grupo dum nicho na cidade onde fronteiras étnicas são institucionalizadas e mobilizadas. Sua definição de *ghetto* como uma forma social atualizada no novo continente destaca dimensões emocionais e informais, paralelas aos empreendimentos institucionais de assistência social, religiosa e até jurídicas.

Há uma valorização da vida interior, intensa por sinal, do *ghetto* como uma comunidade estruturada e vulnerável.

Embora seus contatos com o mundo exterior fossem categóricos e abstratos, dentro de sua própria comunidade ele estava em casa. Ali ele podia relaxar da etiqueta e do formalismo pelos quais sua conduta no mundo gentino fora regulada. O ghetto proporciona libertação. [...] Sempre que ele retornava de uma viagem a um mercado distante, ou de seu trabalho diário, que eram predominantemente em mundo gentio, ele voltava para o seio familiar, ali ele era recriado e reafirmado como homem e judeu. Mesmo quando afastado da família, vivia sua verdadeira morada interior [...]. Com os de sua própria espécie ele podia conversar na linguagem doméstica e familiar que o resto do mundo não conseguia

---

<sup>19</sup> Encontrei ao longo da pesquisa 21 instituições com este perfil em funcionamento no Bairro da Praça Onze, no período de entreguerras (1918-1939). Quanto aos perfis institucionais, podemos classificá-los do seguinte modo: 1. Instituições de empréstimos para os recém-chegados e para famílias custearem os custos da imigração; 2. Instituições de ajuda aos refugiados da Primeira Guerra; 3. Instituições de empréstimos aos prestamistas judeus; 4. Orfanatos; 5. Pensões para refugiados e desempregados; 6. Instituições empregatícias e de saúde.



entender. [...] Sem o apoio de seu grupo, sem a segurança, de que desfrutava em seu círculo privado de amigos e compatriotas, a vida seria insuportável. (WIRTH, 1928, tradução nossa).

Para Wirth, onde o judeu chicagoense escolheu para morar é o foco de estudo sociológico, pois sua ecologia no espaço urbano “é um indicador tão bom quanto qualquer outro do tipo de judeu que ele é” (WIRTH, 1928, tradução nossa).

Sabemos que estas fronteiras tão demarcadas inexistiam no bairro judeu de Chicago e, respectivamente, o da Praça Onze. Contudo, a noção sociológica de que a moradia é indicador útil do estilo de vida é um tópico interessante, pois o que está em questão são os modos de construção da identidade judaica e suas fronteiras que conformam o próprio bairro. Que o torna um espaço afetivo.

Nesse sentido, a preservação da identidade sem os vínculos nacionais demandou do grupo a formação de associações e clubes que celebrassem a cultura original e de espaços onde o convívio pudesse ser mantido.

No bairro da Praça Onze inúmeras instituições de preservação da identidade foram criadas em profusão<sup>20</sup>, onde conviviam distintos grupos com fronteiras bem definidas. A corrente religiosa tradicionalista era representada em sua maioria por religiosos ortodoxos nucleados em sinagogas com regras bem definidas quanto à formação de seus públicos.

Os judeus de esquerda eram filiados ao *Algeimer idisher Arbeter Bund* (União Geral dos Operários Judeus)<sup>21</sup>, órgão de massa fundado na Europa no ano de 1897, cuja filosofia buscava a construção do socialismo com a manutenção da autonomia cultural judaica.

Havia também os sionistas, estes estavam organizados em dois grupos. O primeiro denominava-se Tiféret Sion (Beleza de Sion), filiados ao partido Poalei Sion (Trabalhadores de Sião) e Eretz Israel (Terra de Israel), de filosofia socialista-marxista e secular. O segundo grupo se intitulava Betar, cuja filosofia defendia a existência do Estado apenas para judeus.

---

<sup>20</sup> Alguns autores enumeram a existência de 120 instituições fundadas entre os anos de 1918 a 1939.

<sup>21</sup> No Brasil, temos notícias de sua fundação no ano de 1919, com sede na Rua Visconde de Itaúna, 203. E posteriormente, na Rua Santana, n. 49.

Por fim, havia uma parcela de judeus que possuíam uma filosofia do judaísmo como cultura, isto é, afirmavam que o grupo deveria se integrar totalmente as diversas sociedades de acolhimento.

Os judeus sionistas, localizados na Praça Onze, foram responsáveis pela criação de Bibliotecas, Clubes Literários e um intenso debate sobre a educação judaica a ser elaborada no Brasil. Os correligionários ligados ao Clube Tiféret Israel fundam um *Talmud Torah* (Estudo da Instrução) no ano de 1916. Meninos e meninas estudavam juntos no quintal da sinagoga localizada na Rua Santana.

O Talmud Torá era uma forma informal de ensino para crianças de até 7 anos de idade. Sua composição estava intimamente ligada a um profissional que ofertava seus serviços educacionais à comunidade, geralmente idosos que tinham domínio das tradições religiosas e da língua hebraica. Este era os dois conteúdos principais dos Talmud Torá<sup>22</sup> espalhados no bairro da Praça Onze.

Salo Brand relata que seu pai tão cedo se preocupou em inscrevê-lo num desses “colégios particulares”. Max Brand era ligado ao partido Poalei Sion e aos círculos sionistas progressistas da Praça Onze. Para ele, era fundamental cada criança aprender a língua hebraica e as matérias religiosas juntamente com as seculares. Esta posição foi defendida pelos círculos em que ele participava.

Em seu relato, descobrimos que Salo foi aluno do professor Saadia Lozinsky, provavelmente no ano de 1916.

Meu pai desejou que eu estudasse hebraico. O meu velho e primeiro professor, um homem de longas barbas, não possuía os conhecimentos necessários para dar-me tal educação, mas ele me ensinou as palavras elementares. Durante muito tempo fui seu aluno, até que apareceu no Rio de Janeiro uma personalidade marcante, que foi o professor Lozinsky. Eu tive a ventura de ser um dos seus alunos. Ele me levava para junto das famílias que tinham filhos da mesma idade a fim de catequizá-los em prol do estudo hebraico, mostrando o que eu tinha aprendido num curto prazo de estudos com ele. (WOLFF, 1986).

Lozinski foi um importante rabino filiado ao movimento sionista religioso Mizrahi<sup>23</sup>. Possuía formação rabínica em seminários da Holanda e Viena. Tendo dificuldades de conseguir emprego no Brasil, no ano de 1914 recebe a sugestão de

<sup>22</sup> Também denominado Heder.

<sup>23</sup> Partido sionista religioso, fundado no ano de 1902.

trabalhar como professor particular de um grupo de crianças que ficara sem professor. Sua escola funcionava no horário da tarde num quarto improvisado.

Era um orador prolífico; escreve em vários órgãos da imprensa comunitária do Rio de Janeiro e São Paulo. Religioso, escreve em jornais sobre a importância da organização de uma rede judaica de educação religiosa e secular com o objetivo de impedir que as gerações nascidas no Brasil se assimilassem. Este objetivo foi perseguido até o fim de sua vida, marcando todo o movimento sionista brasileiro.

Max Brand e Saadio Lozinsky se conhecem na Biblioteca Shalom Aleichem. Em poucos anos estreitam uma amizade que durará décadas. Participam da fundação de grêmios juvenis sionistas, clubes literários e organizam as primeiras escolas judaicas do Rio de Janeiro.

No ano de 1922, juntamente com Jacob Schneider, planejam a realização do primeiro Congresso Sionista, de amplitude nacional. O evento ocorrerá entre os dias 15 a 21 de novembro do mesmo ano.

A abertura do congresso contou com 39 participantes e 14 associações sionistas brasileiras distribuídas em 13 estados. Na ocasião foi fundada a Federação Sionista Brasileira, onde Lozinski é indicado para vice-presidência.

Vários temas foram discutidos pelos participantes, contudo, o da educação judaica no Brasil foi o que mais preocupou os delegados, recebendo maior atenção. O protocolo da sessão apresenta um acalorado debate a respeito, sendo a posição do professor Lozinsky acatada pela assembleia constituída.

Sua posição era que a comunidade judaica-brasileira devia criar escolas “onde além de uma cultura universal, recebam as crianças judias uma educação moderna nacional-hebraica e religiosa”, tendo o hebraico como única língua dos estudos judaicos. Esta posição gerou desconforto para os setores conservadores do sionismo brasileiro, onde alguns de seus membros defendiam o uso do ídiche.

A posição defendida pelo eminente professor agradou a maioria devido ao reconhecimento público do trabalho pedagógico que ele vinha desenvolvendo na *Escola Maguém David* (Escudo de David), localizada na Praça Onze. Como diretor de ensino, a unidade toma outro impulso. O aumento do número de alunos obriga os

diretores a mudarem a sede do bairro, sendo a Escola transferida para bairro da Tijuca com o nome de Colégio Hebreu Brasileiro, no ano de 1924.

As inúmeras funções comunitárias não afastam o professor Saádía Lozinsky de alguns de seus alunos. Dos 8 aos 10 anos de idade, Salo Brand será aluno do professor que cada vez mais passa a diminuir as vagas particulares para se dedicar totalmente aos alunos da Escola Maguém David.

A amizade entre seu pai e seu professor, bem como os espaços comunitários em que ambos se situam, proporcionará esta atenção mais esmerada no que tange ao ensino religioso e cultural ofertado ao menino.

Salo Brand lembrará seu professor nos seguintes termos: “Lozinsky nunca abandonou seus primeiros alunos da Praça Onze, mesmo com o acúmulo das funções comunitárias. Ele foi um erudito como os rabinos do judaísmo clássico, de grande envergadura intelectual. Isto me impactou muito”.

Além de escolas, os sionistas organizaram as primeiras Bibliotecas e Clubes Literários da cidade do Rio de Janeiro. A Biblioteca Shalom Aleichem, a BIBSA, abrigava debates literários, conferências e debates políticos. Além de biblioteca, com acervo bibliográfico em seis idiomas, era um importante local em que peças do teatro ídiche eram encenadas. Recebiam constantes visitas de dramaturgos e escritores judeus, como o dramaturgo Peretz Hirschbein e a poetisa Esther Schumiacher. Seu público era progressista e secular.

Além da BIBSA, jovens da Organização Juvenil Sionista fundam a biblioteca Chaim Nachman Bialik, onde eram realizados cursos de ópera, coral e encontros literários.

Longe de querer enumerar todas as instituições culturais fundadas pelos judeus da Praça Onze, devemos destacar o fato dessas associações serem os espaços de sociabilidade onde a identidade judaica era atualizada e mantida viva. Era nesses espaços onde era ofertado ao seu público o acesso aos bens simbólicos como livros, teatro, peças de ópera, conferências sobre cultura judaica, numa intensidade aguda.

Além disso, essas instituições participavam de setores internacionais de divulgação e preservação da cultura dos judeus do Leste Europeu, participando de circuitos culturais específicos. Inúmeras visitas de escritores, atores, cientistas, políticos eram organizadas por essas agremiações no continente latino-americano. Talvez a visita mais ilustre seja a de Albert Einstein, no ano de 1924.

O projeto coletivo dos judeus sionistas no Rio de Janeiro quanto à preservação de sua cultura nos trópicos marcou toda uma geração. A preocupação com a formação de instituições educacionais explicita como o próprio grupo valorizava a aquisição de conhecimentos seculares para a manutenção da identidade judaica na sociedade brasileira. Era a aquisição desses bens culturais que garantiram outras formas inserção social das gerações nascidas no Brasil.

A aquisição dos bens culturais não garantia apenas a preservação do grupo e manutenção de suas fronteiras étnicas, mas sim, estabelecia diferenças de escolaridade numa sociedade em que o acesso à educação se dava de modo assimétrico, já que cada fase do ensino era concebida para segmentos específicos da sociedade.

O resultado do projeto coletivo (VELHO, 2003, p. 47) dos sionistas brasileiros facultou aos filhos de comerciantes, mascates, empregados em indústrias e manufaturas, uma ascensão social e econômica aos estratos da classe média urbana em franca expansão na década de 1920 e 1930 (FAUSTO, 1997). E este processo marcará diretamente a trajetória individual de Salo Brand, após a conclusão do curso primário na Escola Benjamim Constant, no ano de 1917.

## **CAPÍTULO 3 - DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO À INTERVENTOR MUNICIPAL: UM JUDEU NAS MALHAS POLÍTICAS DO ESTADO NOVO**

### **3.1 Uma vida entre dois mundos: a mudança para o subúrbio**

O ano de 1917 aparenta significar para os Brand um ano de conquistas econômicas e novas oportunidades. O filho conclui o primeiro ciclo educacional com êxito. Além disso, Max Brand acumula quase uma década de experiência como prestamista e representante comercial.

A dedicação ao segundo ofício parece receber um incremento no ano de 1915, sendo Max representante da firma Salim Hanna & Irmão Cia. Ltda., uma empresa atacadista de produtos têxtil, de armarinhos, tecidos importados e tapetes.

Salim Hanna Saad e Jarim Hanna Saad, também conhecido como Quirino, libaneses da região de Remahala, eram fornecedores de mercadorias a crédito para prestamistas e agentes de importação.

Os irmãos possuíam parentes na região Norte do Estado do Rio de Janeiro e possuíam fortes relações comerciais na região. Uma extensa rede de circulação de mercadorias era mantida entre ele e inúmeros patrícios libaneses fluminenses.

Max Brand irá obter sucesso nessa relação como representante desta firma comercial. Numa consulta ao *Guia Geral da Cidade de Campos*, nos anos de 1943-1947, vemos anúncios de estabelecimentos comerciais cujos proprietários são judeus. Pude contabilizar, de modo muito escamoteado, 10 firmas comerciais, das quais 7 ofertavam a venda de produtos de armarinhos e tecidos em geral.

A participação dos judeus e dos sírio-libaneses na praça comercial local era intensa e atraía os principais representantes comerciais do Estado. Sabemos por uma nota depositada no arquivo pessoal de Salo Brand que seu pai possuía relações comerciais com as famílias Esperança e Grossman – cujos estabelecimentos prosperavam nas primeiras décadas do século XX.

A força dessa rede comercial em que os laços étnicos eram fortalecidos e mantidos entre os seus participantes (LESSER, 2001) proporcionou aos Brand o

acúmulo de um relativo capital econômico, que podemos inferir a partir de alguns eventos que alteram drasticamente a dinâmica familiar a partir daquele ano.

Nos arquivos do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sob guarda do Arquivo Nacional, na Coleção da Pretoria Civil do Rio de Janeiro, consta na Ficha N. 254320/1919 a informação sobre o processo envolvendo Max Brand como Réu e Salim Hanna & Irmão como autor numa ação de Execução Judicial de Dívida, infelizmente não conseguimos mensurar o valor.

Salta aos olhos a proximidade do caso com os altos investimentos que Max realizara no ano do inquérito: a mudança do núcleo familiar do Centro para a região de Cascadura ea abertura dum Casa de “Armarinho e Roupas Feitas”, na Rua Sant’Ana, n. 61, em 1918.

Acredito que um dos principais fornecedores comerciais do empreendimento fossem os irmãos Salim Hanna. Vale destacar que muitos indivíduos que participavam do comércio ambulante ao obterem a estabilidade financeira e clientela cativa costumavam reinvestir seu capital em lojas comerciais.

Isso era possível, para alguns judeus, como vimos anteriormente, com apoio de Cooperativas de Empréstimos, onde parte do investimento era quitado pela coletividade.

Ao abrirem lojas, muitas das sadias relações entre os fornecedores eram mantidas. Havia casos em que eles próprios ao perceberem relativo sucesso de alguns prestamistas, faziam propostas de sociedade (LESSER, 2001).

Em 1918, encontramos constantemente anúncios sobre a loja comercial de Max na principal folha do comércio da época - o Almanak Lammert. Nele lemos na sessão de Roupas Brancas, Armarinho e Roupas Feitas informações sobre sua loja. Os anúncios ocorrerão entre os anos de 1918 a 1929. O sobrado se localizava próximo da Praça Onze.

Ao longo desse período, nos anos de 1922, 1923, 1924, 1926 e 1927, Max será autor de inúmeras Execuções Judiciais contra réus ligados ao comércio dos subúrbios, com relevo para os bairros de Irajá, Freguesia e Cascadura – como Avelino da Silva Moreira e Luiz Simões, proprietários de casa de aviamentos. As

Fichas da Pretoria Cível indicam que Max fornecia mercadorias para comerciantes localizados nesta região.

Além dos irmãos Hanna, descobrimos outro importante fornecedor de Max Brand, o industrial Adolph Buslick. Buslick possuía uma fábrica têxtil - fabricava blusas, lençóis, toalhas, roupas íntimas, meias e gravatas. Suas peças se equiparavam as importadas, sendo suas *lingeries* denominadas de as “francesinhas do Rio”, segundo um anúncio da Revista Fon Fon.

Além da “loja” no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, Max possuía um pequenopontocomercial em sua casa, localizada num espaçoso terreno na principal rua do bairro Cascadura, a Rua do Campinho, extensa avenida que concentrava as repartições públicas, o comércio e moradias.

O subúrbio carioca na década de 20 era a região de abastecimento do centro da Capital da República. Era o seu “celeiro”; seu território era cortado por extensas fazendas.

Seu processo de urbanização estava intimamente ligado a dois acontecimentos importantes ocorridos na Capital do Brasil: a grande reforma de Pereira Passos, concluída em 1909 e a expansão da linha férrea da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O “bota abaixo”, como ficou conhecida a grande reforma, deixou milhares de ex-escravos, imigrantes e trabalhadores sem moradia. Esta nova situação fez surgir novas atividades: a especulação financeira, a valorização do território e a especulação imobiliária.

O Subúrbio, de reduto para a aristocracia, com suas chácaras, quintas e casa-grande, elite não muito afeita aos grandes centros, viu sua configuração ser transformada num curto tempo. Num ritmo acelerado.

E esta aceleração, provocada pela expansão da malha ferroviária, que fez surgir novos bairros e adensou uma oposição geográfica entre a região central da cidade como o “grau zero” da Capital (SCHWARCZ, 2017).

Nesse sentido, podemos afirmar que a linha do trem “é assim, um traçado geográfico, simbólico e identitário” que demarcará uma série de inclusão e exclusão.



Uma oposição forte entre o centro da cidade e os bairros do subúrbio – os “Arrebaldes” (SCHWARCZ, 2017).

Em *Triste Visionário*, ao analisar o impacto do subúrbio na obra de Lima Barreto, destaca Lília Moritz Schwarcz (2017):

Formando um território longilíneo, os subúrbios acompanhariam a linha férrea da Central, que corria do centro em direção ao interior. Aliás, esse é o motivo que explica o desejo deles: em vez de se assemelharem a outras periferias urbanas, que normalmente se espalham contornando os núcleos centrais das grandes cidades, os subúrbios cariocas distribuíram-se numa faixa estreita e contínua, que seguia para o lado oeste, recebendo designações sucessivas.

E continua:

Paralelamente, foi se instituindo uma clara hierarquia interna, na qual alguns bairros eram considerados menos providos de infraestrutura – como Cascadura – e outros definidos localmente como mais chiques e elegantes. (...) Os bairros menos equipados eram, não por acaso, os mais distantes do centro e aqueles ocupados basicamente por uma população pobre e de imigrante. Já as vizinhanças mais “aristocráticas” – segundo os termos da época – foram habitadas pelas elites que optavam por viver mais longe da “cidade grande” – em chácaras e propriedades ajardinadas – e por um vasto funcionalismo público, resultado da grande oferta de empregos administrativos promovidos pela capital do país.

Uma análise dos dados dos recenseamentos promovidos pelo poder público indica uma nítida divisão da população carioca residentes na “cidade” e nos “subúrbios”. Moradores da cidade somavam 628. 041 e dos subúrbios 183. 402. Esta cifra irá se alterar em pouco tempo.

No distrito do Méier, os dados do censo de 1920 indicam uma população de 57. 252 habitantes. Seu perfil populacional era composto por ramos específicos estipulados pelo censo (padeiro, mecânicos, prestamistas, comerciantes etc.) e funcionários públicos. Uma grande quantidade deles vivia no Bairro do Méier e outros mais próximos do centro. Isto tornou o bairro à capital do subúrbio carioca devido à forte presença do funcionalismo público.

Além dos funcionários públicos, havia na região uma população de milhares de trabalhadores do comércio, tropeiros e mascates. O censo de 1906, início da

urbanização dos subúrbios, a forte presença de trabalhadores industriais e comerciantes é sentida.

Interessante notar os números do distrito do Méier, novamente, no que tange a escolaridade: 55.4% da população eram alfabetizados para 41% analfabetos. Uma comparação com o distrito federal demonstra proximidades – 51,4% de letrados e 74,6 de iletrados. Isso para os bairros, que iam se formando ao longo das estações próximas ao centro.

A mobilidade do subúrbio para a cidade era intensa. O centro da cidade do Rio de Janeiro concentrava os principais equipamentos urbanos da época. Os profissionais liberais quase sempre estavam em constante circulação, possuindo consultórios, por exemplo, no centro da cidade e no subúrbio.

A Estação Central, nesse sentido, marcava a separação entre os mundos urbanos da cidade o Rio de Janeiro. Era local de encontro e desencontro. De circulação de pessoas, coisas e mercadorias.

Já o bairro de Cascadura, no ano de 1917 ainda havia uma fronteira entre o rural e o urbano pouco definida. Situado a 15 km da Central do Brasil, o bairro possuía uma população em sua maioria de luso-brasileiros e imigrantes italianos, portugueses, turcos, alemães e espanhóis.

No que tange ao perfil da população, vale destacar, segundo os censos de 1906 e 1920, que o bairro era composto por relativa presença de funcionários públicos ligados ao Exército, grandes e pequenos produtores rurais, professores normalistas e comerciantes que abasteciam os principais mercados cariocas.

A descrição de Barbosa Morais em seu opúsculo nos oferece a seguinte imagem sobre o bairro:

Cascadura era o ponto de parada obrigatório das tropas que, levantando grossa poeira, desciam das afastadas zonas de Guaratiba e Jaquarepaguá, carregando para as quitandas e mercados – bananas, batatas, carvão, esteiras, cabos de machados e enxadas, tamancos etc. Os muars chegavam suarentos, guiados pelo vibrar, estrídulo do cincerro da madrinha, espertados pelos chicotes dos tocadores. (BARBOSA, 1965, p. 10).

Além de ponto de abastecimento, a estação era ponto de parada obrigatório para todos os trens da Estrada de Ferro Leopoldina, sendo um movimentado logradouro e com intensa circulação.

Havia na freguesia instituições importantes, como a Santa Casa de Misericórdia, responsável pela manutenção e cuidados dos tuberculosos da Cidade do Rio de Janeiro; o Cemitério Municipal, com uma secular capela de Nossa Senhora da Pena; o Laboratório Pirotécnico do Exército, ligado ao Ministério de Guerra.

Contava o bairro também com uma rede escolar, se destacando duas escolas particulares que atendiam toda a região: o Colégio Souza Marques e o Colégio Arte & Instrução, fundado no ano de 1905. Ambos localizados na avenida mais nefrálgica do bairro: a Rua do Campinho, mais tarde Coronel Rangel.

Para o imigrante da primeira geração, morador das regiões centrais da cidade, em habitações muitas das vezes precárias, a compra de terrenos nos distritos do Subúrbio significava era uma possibilidade não tão distante.

Morar no subúrbio, portanto, era a aquisição melhores condições de vida material e moradias mais adequadas e novas oportunidades de emprego com a expansão das indústrias, principalmente após 1932. E a “cidade” ficava cada vez mais acessível com o as melhorias dos transportes.

A afluência dos judeus nucleados em sua maioria na região da Praça Onze para os subúrbios se intensifica na partir de 1920 e ocorrerá até a década de 1950, surgindo assim pequenas comunidades nos principais bairros do Subúrbio da Central do Brasil.

Os judeus residiam nos seguintes bairros: Olaria, Méier, Cascadura, Penha, Bomsucesso, Cordovil, Ramos. Eram judeus oriundos do Leste Europeu – russos, poloneses, lituanos. Muitos desses bairros faziam parte dos circuitos dos comerciantes ambulantes judeus.

Esse afluxo não significou o fim da Praça Onze, ela continuará tendo a centralidade da vida cultural dos judeus cariocas até os fins da década de 1940. A Praça Onze continuava sendo o principal local que concentrava a vida cultural dos

judeus: o Grande Templo, as Bibliotecas, os Clubes Literários e as instituições de filantropia.

A mudança para bairro de Cascadura e a abertura duma Loja no Centro da Cidade, que terá funcionamento até o ano de 1932,são, portanto, marcadores da ascensão social e econômica do núcleo familiar.

Outro indicador dessa ascensão se explicita a partir da trajetória educacional do filho para a conclusão dos cursos secundário e ginásial.

Salo Brand irá cursá-los em escolas particulares numa época em que o acesso ao ensino público nos dois últimos ciclos não era universalizado e restrito as camadas mais abastadas (NISQUIER, 2011).

Devido à formação prematura no ciclo primário, Salo Brand teve que esperar dois anos para dar continuidade aos estudos, que por lei federal só poderia ter acesso ao ciclo secundário crianças com a idade de 11 anos. Passado os dois anos, em 1919 os pais decidem matriculá-lo no Instituto Lafayette, localizado no Bairro da Tijuca.

Fundado pelo pedagogo positivista, Lafayette Cortes, nascido em Minas Gerais no ano de 1888, foi ativo na vida pública brasileira, defendendo o regime republicano e sua função para a organização da sociedade a partir do desenvolvimento da educação, da medicina e das engenharias.

Fundado no ano de 1916, o instituto serviu como laboratório de novos experimentos educacionais no Brasil, obtendo ampla aceitação entre as camadas médias e elites do Distrito Federal (NISKIER, 2011).

Sua filosofia pedagógica defendia a necessidade de instrução para ambos os sexos, orientando inclusive a necessidade de instruir o público feminino para melhor desenvolvimento da sociedade (PENNA, 1988).

O ensino regular era realizado com concomitância a “cursos profissionalizantes”, denominados de oficinas. As *oficinas* eram espaços de ensino onde o estudante era apresentado a dimensões práticas do conhecimento, os cursos ofertados eram, por exemplo, “cálculo doméstico e comercial”, “datilografia”, “química”, dentre outros.

A fama do Instituto como o mais moderno do Distrito Federal era anunciada a partir da divulgação dos resultados de aprovação dos alunos nos exames para ingresso em cursos superiores e Escolas Ginasiais, especialmente o Colégio Pedro II. Seu quadro de professores era composto por brasileiros e estrangeiros.

Na unidade localizada na Tijuca, Salo Brand cursou o ciclo secundário, sendo matriculado pelos pais na *oficina de datilografia*. O mesmo já era orientado a aquisição deste capital cultural desde os 9 anos de idade, sendo a máquina de datilografia uma tecnologia muito presente no cotidiano das instituições judaicas, em especial, nas inúmeras redações de jornais judaicos em língua ídiche. Só no bairro existiam 5 redações, todas elas com jornais de circulação internacional.

Peter Burke (2017) sugere os pesquisadores sobre imigração olharem para as bagagens dos imigrantes, dos refugiados, inquirindo o que eles traziam de cultura material e imaterial dos países de origem.

Ao considerarmos a orientação acima, podemos destacar que nas malas de milhares de imigrantes judeus do Leste Europeu além de fotografias, livros, candelabros em prata e pergaminhos religiosos havia máquina tipográfica.

Na Praça Onze, o cultivo prematuro da letra tipográfica entre os imigrantes judeus era intenso. Seu uso em escolas, bibliotecas, clubes literários, redações de jornais era um cultivo secular – tanto a máquina com tipos em alfabeto romano e hebraico.

A Casa do Tipógrafo, localizada na Praça Onze, era de proprietários judeus. Em 1914, o primeiro jornal judaico em língua portuguesa anunciava casas de importação de “fonógrafos, zonógrafos e maquinas de escrever” em diferentes edições.

A mais afamada escola de datilografia no Brasil nas primeiras duas décadas do século XX, a Escola Underwood, era a principal responsável pela importação e comercialização do modelo inglês. Inúmeras franquias, localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo eram administradas por B. Rozenthal.

A divulgação do *fonógrafo* e da *maquina de escrever* na América Latina, em especial no Brasil e na Argentina, teve como entusiasta o comerciante Fred Figner.

A primeira filmagem e gravação na América Latina foram realizadas por ele. Era agente da empresa Underwood Typewriter Company.

Com passagem pelos Estados Unidos, chega ao Brasil no ano de 1891, indo residir na cidade de Belém. Nascido na República Tcheca, era filho de artistas e intelectuais judeus.

Flora Sussekind (1985) em *Cinematógrafo de letras: Literatura, Técnica e Modernização no Brasil* elabora uma análise sobre a literatura pré-modernista sugerindo que se observem suas “relações com uma história dos meios e formas de comunicação, cujas inovações técnicas afetam tanto a consciência de autores e leitores quanto às formas e representações propriamente ditas”.

Assim, o estudo se interroga sobre o impacto das novas tecnologias (kinestoscópio, cinematógrafo, cinema, máquina de escrever) e as técnicas que elas carregavam sobre o modo artesanal/cursivo tanto da literatura e das profissões letradas.

Desse modo, salta aos olhos a partir da leitura como nos finais do século XIX e durante as três primeiras décadas do século XX a técnica de “bater tipos em máquinas” foi percebida pelos intelectuais com espanto: ora sendo incorporada ao trabalho de jornalistas e escritores, ora sendo percebida como desconfortável por muitos deles. Ao longo da produção dos autores anteriores ao modernismo paulista em literatura a descrição dessas inovações estão presentes.

Inúmeras Escolas de Datilografia foram abertas no Brasil, escolas em que simultaneamente a tecnologia e a técnica eram apresentadas ao grande público. Tempos de Almanques e Revistas Ilustradas.

A incorporação das tecnologias e das técnicas nas profissões das letras teve tempos distintos, contudo, a máquina de escrever fascinou os agentes burocráticos do Estado Republicano que estava sendo montado.

Assim a letra cursiva e as grafias artesanais foram abolidas se setores da burocracia do Estado que sofria a adequação para os novos tempos republicanos. Era o fim da profissão de amanuenses e escribas. As funções de escrivão e secretaria se tornariam o reinado do tipo à máquina (SCHEFFEL, 2011).

Talvez a grande modernização do Estado antes de 1930 seja a incorporação de inúmeras técnicas e inovações tecnológicas desconhecidas anteriormente.

Vale destacar que a obtenção da máquina de escrever era restrita as camadas mais abastadas na periferia do capitalismo. A máquina possuía valor elevado e seus cursos eram caros e pouco acessíveis fora dos grandes centros.

Podemos afirmar que elas se inseriam nos espaços profissionais onde o predomínio da letra manual foi ficando obsoleto com o passar dos anos, contudo, sua aquisição jamais se deu de modo universal, pois aqui, a mercadoria capitalista proporcionava acesso às profissões em diferentes contextos e, principalmente, no âmbito do Estado.

Desse modo, a relação entre imigrantes judeus e o cultivo do uso da máquina de escrever nos espaços comunitários de sociabilidades letradas deve ser destacado.

E dos espaços comunitários de sociabilidades podemos vislumbrar que a aquisição da competência da nova técnica marcou a primeira geração filhos de imigrantes. As escolas judaicas progressistas já possuíam em seus currículos o ensino da datilografia como disciplina, principalmente as femininas (FELBEL, 2008). Sendo, portanto, um capital cultivado pelo grupo no momento em que a própria tecnologia era divulgada e comercializada no Brasil.

Em 1923, Salo Brand é matriculado no Colégio Arte e Instrução, no Bairro de Cascadura, ficando matriculado aí até a conclusão do curso ginasial, no ano de 1926, quando contava com 18 anos.

Aos 13 realiza o Bar Misvá, cerimônia religiosa masculina em que os meninos leem publicamente partes do Pentateuco a partir dum pergaminho depositado na sinagoga. É uma cerimônia em que o jovem se torna socialmente incluída no universo dos ritos masculinos, podendo, portanto, realizar as principais cerimônias junto aos adultos.

No mesmo ano, em 1921, por insistência do pai realiza na Escola Underwood, localizada na Rua do Ouvidor n. 13 os cursos de inglês e de taquigrafia. A Escola

Underwood além de oferecer cursos de datilografia segundo as modas dos ingleses, também passou a divulgar e ensinar a técnica de taquigrafia em nosso país.

Os dois anos na Escola Underwood (1923-1924) são de intensa dedicação. Salo Brand irá concomitante ao curso de atualização em datilografia realizar cursos de taquigrafia, técnica de escrita abreviada e simbólica. Obtendo rapidamente a aquisição da técnica.

Em janeiro de 1924, o Instituto de Música realiza o Concurso Nacional de Taquígrafo. Representando a Escola Underwood, Salo obtém o prêmio de para a escola naquele. Em fevereiro do mesmo, a revista ilustrada carioca *O Malho* divulga sua foto como o ganhador do concurso anual. A pequena foto impressa na revista encontra-se em seu arquivo pessoal, num corte manual com identificação.

No ano de 1926, Salo Brand irá participar de dois concursos. No mês de março realizará o vestibular para o curso de Engenharia na Politécnica do Rio de Janeiro. Sendo aprovado em grau 5, com excelente desempenho nas disciplinas específicas.

No mesmo ano, último da gestão do Governo de Arthur Bernardes, a Câmara dos Deputados anuncia um grande concurso público para diversos setores administrativos, dentre eles o da Secretaria, contratando profissionais de datilografia e taquigrafia.

No dia 13 de novembro de 1926, obtendo sucesso nas seleções teóricas e práticas, Salo Brand é nomeado datilógrafo em 13 de novembro de 1926. As duas conquistas se darão antes da conclusão de seus estudos ginasiais. A nomeação do concurso público foi de imensa importância para o núcleo familiar, pois seu pai enfrentava dificuldades financeiras e perdas materiais.

A inserção de Salo Brand na Secretaria da Câmara dos Deputados e ao curso de Engenharia, na Politécnica do Rio de Janeiro, será recebida entre seus amigos com grande euforia.

### **3.2 FUNCIONÁRIO PÚBLICO E ESTUDANTE DA POLÍTECNICA: UM JUDEU À BRASILEIRA**



O finalzinho da década de 20 se apresentava em meio à eminência da eclosão do movimento revolucionário que gestou a Revolução de 1930. Importantes transformações da sociedade brasileira estavam em curso. E com os grupos políticos bem definidos numa atmosfera entremeada de tensões e conflitos.

Se tensões e conflitos se apresentavam no plano do cotidiano nacional, de certo modo na Politécnica do Rio de Janeiro, principal instituição de ensino superior das engenharias no Brasil, vislumbraram-se também seus conflitos internos.

As últimas décadas do século XIX marcam o período de complexificação e diversificação da sociedade brasileira, acentuadamente, a da Capital Federal. Intelectuais, médicos e engenheiros surgem como porta-vozes dum projeto em que se buscava identificar as potencialidades locais “rumo ao que lhes configurava como a modernidade, proclamada como um fim redentor da própria identidade nacional nos moldes de uma cultura civilizada” (KROPF, 1996).

Este projeto de modernização esbarrava-se com as peias da sociedade colonial que tanto queria se afastar. Com o advento da Primeira República, um dos porta-vozes que surge com amplitude e intensidade na elaboração deste novo projeto de sociedade foram os engenheiros.

Tendo como *lócus* de atuação as Escolas Politécnicas, que passaria a ter uma notabilidade como signo de todo avanço do que há de mais moderno. Este cenário de notabilidade dos engenheiros no Brasil é fruto do aperfeiçoamento e a valorização da indústria. Podemos citar também o crescimento das cidades e as inúmeras reformas remodeladoras que buscavam adequar o velho traçado arquitetônico em tabuleiro às novas necessidades urbanas.

Assim, o engenheiro parece assumir a base de sustentação do programa de modernização assumido pelas elites nos últimos anos do Império e advento da República.

O histórico de fundação da Politécnica do Rio de Janeiro parece indicar isso. Certa *engenharia humanista*, comprometida com grandes causas sociais, passa a ser construída entre os muros da extinta Academia Real Militar.

A nova engenharia para a nova sociedade que se almejava construir se afastaria, portanto, de qualquer referencia ao militarismo. Buscava-se fabricar engenheiros sem fardas, mas não sem positivismo – já que o mesmo se atualizava dentro dos debates escolásticos das politécnicas em diversos estados brasileiros.

Este novo significado social da engenharia, mais comprometida com as causas sociais, levará em conta seu panteão de luminares: imaginar que de suas salas saiu o maior líder abolicionista fluminense - André Rebouças.

É correto afirmar que nos anos 20 a profissão andava em alta, com tanta vontade de reformas urbanas e crescimento das capitais por parte dos agentes do Estado, eles adquirem a mesma importância dos médicos e advogados.

A antimilitarização da profissão de engenheiro e a emergência das Escolas Politécnicas civis como o prestigiado centro de formação da República vai afirmando o caráter disciplinado e pragmático dos saberes científicos que compõe os cursos de engenharia.

No ano em que Salo Brand se preparava para entrar na Politécnica esse debate estava mais acalorado. O desejo de ruptura da geração de 20 com o passado no que ele tem de anacrônico e a ansiedade em construir uma nova identidade para o espaço nacional está intimamente ligada aos projetos das ciências brasileiras como capazes de organizar a sociedade.

Nesse sentido, os engenheiros formados por essas Escolas, herdeiros de Comte e do positivismo, pareciam ver a si mesmos como os mais capacitados para a direção legítima do processo político e social de modernização da sociedade brasileira.

Não é forçado lembrar que muitos clubes e engenheiros militares estavam ao lado de Getúlio Vargas na condução do processo revolucionário de 30. Processo este gestado em meio à mesma tradição intelectual das nossas engenharias– o Positivismo.

Como salienta Gilberto Freyre em seu opúsculo *Homens, engenharias e rumos sociais*, o lema positivista “saber para prever, a fim de promover” toma

sentidos distintos nos anos XX, onde uma nova identidade de engenheiro é forjada: a do engenheiro da Politécnica.

O engenheiro da politécnica era um tipo novo: era civil e sua formação era menos teórica e mais voltada para uma ciência aplicada – decisão acordada pela Congregação da Escola em 1876. No mesmo ano a Congregação decidirá pela reformulação das disciplinas e pela fundação de novas engenharias.

Este profissional pragmático, moldado numa relação científica em que o conhecimento técnico está condicionado às demandas sociais de progresso material atuará ativamente na remodelação nacional: abrirá avenidas, estradas, ferrovias; construirá pontes, ser reformador de cidades, modernizando portos, processos produtivos, saneando rios e brejos.

A atuação em vultosos projetos patrocinados pelo Estado brasileiro em seu crescente desenvolvimento econômico será o principal espaço profissional dos engenheiros politécnicos.

Nos anos 20 uma acentuada crítica a este tipo de formação utilitarista será contestada por setores do próprio positivismo brasileiro ligados à Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Uma rejeição ao dogmatismo comtiano se apresentava em meio aos engenheiros ao longo de sua formação. Os engenheiros da Politécnica disputavam os sentidos da formação, dividindo-se entre positivistas e antipositivistas.

Oto de Alencar e Amoroso Lima enfatizavam que “ensinar é alguma coisa mais do que repetir compêndios ou fornecer aos moços preceitos profissionais; o que importa é modelar-lhes harmoniosamente a inteligência e a sensibilidade, abrir-lhes os olhos para as coisas superiores”. (Apud KROPF, 1994).

A denúncia dos antipositivistas era alertar que a aceitação delibera duma ciência com vocação utilitarista era condená-la a esterilidade. Desejava-se provar que a ciência pode ser algo mais do que reformadora. Lembrava-se que ela poderia ser mobilizada para problemas menos urgentes ou práticos (KROPF, 1994).

Era esta a atmosfera que Salo Brand irá deparar-se no início das aulas, no ano de 1927. Uma constante querela entre positivistas e antipositivistas. Havia

outros tons, contudo, a formação oscilava sempre em torno do legado comtiano da instituição em nosso país.

Bem da verdade, utilitaristas ou não, o engenheiro doutor passado o curso tinha como seu grande empregador o Estado. E em diversas modalidades: contratados por empreitadas, concursados, ocupantes de cargos comissionado nas pastas de Aviação e Obras ou até mesmo ocupantes de cargos eletivos.

O engenheiro politécnico era um profissional versátil. Moderno por natureza. Esta versatilidade refletia o cenário brasileiro, em especial, a Capital do Brasil em que estava em curso a ampliação dos círculos sociais (SIMMEL, 1939).

A rotinização da profissão de engenheiro oferece um aspecto interessante para refletirmos essa modernização da sociedade brasileira e de que modo algumas profissões se apresentaram como espaços de inserção social.

Em seu ensaio *O cruzamento dos círculos sociais*, Simmel aborda a modernidade a partir do processo de individualização nas sociedades. Para ele, as sociedades modernas resultam da multiplicação desses círculos sociais a que homens e mulheres pertencem. É a quantidade de círculos sociais numa sociedade o melhor critério de mensurar o grau de modernidade de cada uma delas.

A relação entre indivíduo e sociedade está no relevo dado aos círculos sociais: o indivíduo se modela na participação de múltiplos círculos e seus cruzamentos.

O “homem moderno”, portanto, pertence à família dos pais, depois a construída por ele, ao grupo étnico, religioso e profissional, por exemplo. Ao longo do decurso da vida o indivíduo participa de inúmeras sociedades - tomando contato com diversos círculos, que são espaços de socialização, de aprendizado.

O Rio de Janeiro dos anos 20, 30, 40 e 50 vislumbra esse alargamento e expansão dos círculos sociais a partir da emergência de inúmeras instituições e órgãos do estado. Setores em que se exigiam conhecimentos específicos e adequados.

A agudeza desse processo se faz sentir principalmente nos anos de Vargas, contudo, já se vislumbra, mesmo que de modo não sistemático, esta ampliação dos círculos sociais na Primeira República.

As reformas das funções burocráticas, a ampliação do acesso à educação pública, os mínimos direitos trabalhistas assegurados mediante constantes greves, como a de 1917 e 1918, a instauração de concursos públicos como formas de acesso universal as profissões do estado.

A exigência de competências técnicas para os cargos públicos se desenvolverá lentamente, o resultado é a noção de autoridade que se confere a algumas profissões e saberes.

Em suma, a ampliação dos círculos sociais atrelado a formas mais universais de acesso e pertencimento a estes mesmos círculos vai alterando profundamente o passado colonial da sociedade brasileira. E esta modernidade que caminha com urbanização de nossa sociedade (HOLANDA, 2015).

As conquistas de Salo Brand nos anos de 1924 a 1926 resultam de sua socialização nos círculos sociais de origem, isto é, a família e o grupo étnico a que pertence.

O pai labutava no comércio e vivia os gozos e os infortúnios da profissão. A instabilidade econômica do núcleo familiar parece gerar nos pais um sentimento de querer sempre afastar o filho de profissões ligadas ao comércio.

Esse sentimento era partilhado entre inúmeros círculos sociais judaicos. A socialização da primeira geração nascida no Brasil se deu, portanto, em múltiplos círculos onde o acesso a bens culturais foram conteúdos centrais.

Neste sentido, o cruzamento dos círculos sociais dos pais que o filho foi submetido desenvolve sua personalidade e orienta sua formação profissional e individual.

Desse modo, a conquista da profissão de datilógrafo e taquígrafo em idade tão prematura; o primeiro emprego mediante aprovação em concurso público e a aprovação bem sucedida nos exames para inserção na Politécnica num raio de dois anos explicita o país imerso num projeto modernizador.

A alta escolaridade da primeira geração nascida no Brasil salta aos olhos: os filhos dos *bnei chaltzim* (pioneiros) adentram as portas das universidades tão logo elas são reformuladas e abertas.

Esta geração irá se concentrar em profissões liberais, com acentuada participação em ocupações técnicas, administrativas, científicas e artísticas.

Corte (2013), ao analisar a escolaridade e profissões masculinas da primeira geração de judeus nascidos no Brasil, tomando como lócus a comunidade judaica de Niterói, apresenta que dos 164 entrevistados, 54 são engenheiros e 43 médicos.

Podemos inferir, portanto, que a gênese das estratégias de inserção para a primeira geração nascida no Brasil possui uma aguda leitura das possibilidades em jogo.

A ampliação dos círculos profissionais, educacionais e sociais para uma parcela da população foi para os primeiros judeus nascidos no Brasil uma oportunidade que seus próprios pais não puderam experimentar em sua terra de origem.

A valorização da profissão de engenheiro politécnico mediante a reformulação da profissão, como dito acima, tendo como principal empregador o Estado, foi, portanto aproveitada por muitos contemporâneos da primeira geração.

Se para muitos núcleos familiares de imigrantes a busca pela reprodução social e estabilidade socioeconômica em um novo contexto marcou toda uma geração, esse projeto obteve êxito.

### **3.3 A FORÇA DOS CÍRCULOS SOCIAIS: O DEPARTAMENTO *FLUMINENSE* DAS MUNICIPALIDADES**

A educação orientada à aquisição de saberes técnicos, influência paterna, marcará indelevelmente a trajetória de Salo Brand nos espaços sociais em que passará atuar como funcionário público.

Sua nomeação, ocorrida no dia 13 de novembro de 1926, se efetivará em março do próximo ano. Fará cursos internos nos primeiros meses, onde suas

habilidades logo foram percebidas no Setor de Datilografia e Taquigrafia da Secretaria da Câmara dos Deputados, tendo como diretor geral Adolph Gigliotti.

Meticuloso e rígido, segundo jornais e revistas ilustradas, Gigliotti tinha em sua pasta a responsabilidade de nomear os secretários que atuavam diretamente na Mesa dos Deputados.

Esta função fazia com que o Dr. Gigliotti ficasse sempre à espreita dos funcionários com melhores desempenhos técnicos. Em sua longa gestão, inúmeros concursos internos eram realizados, facultando mudanças no enquadramento funcional dos funcionários.

Com o advento da Revolução de 1930, um dos atos durante o Governo Provisório foi o fechamento da Casa Legislativa, sendo todos os funcionários liberados de sua função.

Com o salário, Salo irá complementar a renda paterna nos primeiros anos, pois o comércio familiar enfrentava inúmeras dificuldades de manutenção após a grande crise econômica de 1929. O negócio familiar fechará as portas em 1934.

Com o retorno das funções administrativas quando a Constituinte é convocada no ano de 1933, coube a Adolpho Gigliotti reorganizar sua equipe na Secretaria da Câmara dos Deputados.

Por ocasião da Constituinte, Salo é nomeado por Gigliotti a servir como Secretário do Ministro Oswaldo Aranha em todos os procedimentos.

Nascido na cidade gaúcha de Alegrete, cursa o Colégio Militar e a faculdade de Ciências Jurídicas, na Faculdade Nacional de Direito - RJ.

Aliado e amigo de Getúlio Vargas, Aranha será ativo integrante do movimento que o levará à presidência nacional. Principal articulador da Aliança Liberal nas eleições, sendo o responsável pela elaboração da estratégia do levante armado que depôs o presidente Washington Luís. Tornando, portanto, a Revolução de 1930 possível. Estará ao lado de Getúlio Vargas nos principais momentos de sua administração, mantendo-se no regime por longos anos.

Salo Brand e Oswaldo Aranha formarão uma amizade sólida e longeva. Serão, inclusive, vizinhos. Em carta endereçada a Oswaldo Aranha Filho, no ano de 1973, Salo solicita do amigo a cópia duma carta escrita pelo Ministro entre os anos 1936-1937, o intuito era arquivá-la em seu acervo pessoal.

A carta, lembrada por muito apreço por Salo Brand. Nela, o Ministro tece inúmeros elogios ao seu trabalho como funcionário da Câmara e Engenheiro Civil. Fato este que foi muito bem recebido pelo então interventor Amaral Peixoto.

Entre anos de 1933 a 1937, Salo Brand irá participar de inúmeros concursos internos e galgará novos espaços na carreira após sua formação na Politécnica.

Na consulta aos Ofícios da Câmara, pude perceber que Salo Brand era com frequência nomeado a realizar diferentes vistorias técnicas a bens públicos, exercendo, portanto, funções que não lhe apeteciam como datilógrafo e taquígrafo da Secretaria da Câmara.

Esta situação parece evidenciar uma intersecção de círculos sociais onde a formação como engenheiro, que se evidenciava mais ainda após a conclusão do curso no ano de 1931, faculta sua inserção a outros arranjos<sup>24</sup> de relações sociais da administração do Estado.

Com efeito, sua inserção nas malhas da administração pública Estadual ocorrerá a partir da instauração do Golpe do Estado Novo, quando por indicação de Amaral Peixoto será transferido, no ano de 1937, para exercício de função no Departamento das Municipalidades, que a época era administrado por Manuel Duarte – filho do Ex-presidente de Estado do RJ, Candido Duarte.

Ernani Amaral Peixoto foi oficial da Marinha. Sua trajetória na política se deu por incentivo familiar – seu irmão Augusto do Amaral Peixoto foi ativo no movimento Tenentista de 1922. Desde então passou a participar das reuniões de organização das articulações que culminariam com a Revolução de 30. Em 1933 é nomeado Chefe de Gabinete do prefeito Pedro Ernesto Batista.

---

<sup>24</sup> Infelizmente até o presente momento de escrita desta dissertação não pude desvelar a partir dos documentos a figuração política a época.



Nos anos 30, passa a gozar da confiança de Getúlio Vargas, confiança esta que se manteve mesmo depois da saída dos quadros tenentistas do regime. Será nomeado interventor do Estado do Rio de Janeiro em 1938, administrando até o ano de 1945. Sua participação na base do governo varguista o permite construir uma carreira política longa<sup>25</sup>.

Como interventor, nomeia em 1938 Salo Brand diretor do Departamento das Municipalidades, um dos principais setores administrativos da gestão de Amaral Peixoto.

O Departamento das Municipalidades foi uma inovação administrativa após a Revolução de 30. Segundo Leal:

as atribuições incluía dar assistência técnica aos municípios, coordenar suas atividades em função de planos estaduais, fiscalizar a elaboração e execução de seus orçamentos, opinar previamente sobre um grande número de medidas administrativas etc. Cabia, enfim, a esse órgão, dependente diretamente do interventor, exercer a extensa tutela que a legislação em vigor outorgava ao governo estadual sobre a vida administrativa dos municípios. (LEAL, 2012).

As experiências feitas em Minas e São Paulo foram salutares. O Departamento das Municipalidades, concebidos como órgão para organizar e orientar as administrações municipais foi muitas das vezes “instrumentos políticos da situação estadual” (LEAL, 2017). E este foi o que ocorreu ao longo da gestão de Amaral Peixoto.

O Departamento concentrará uma equipe técnica ampla que irá atuar na elaboração e desenvolvimento do projeto de Modernização dos Municípios Fluminenses.

O plano Amaral Peixoto de Urbanização das Cidades Fluminenses foi estratégico para a consolidação das diretrizes do executivo federal nas principais cidades do Estado, além de articular as classes dominantes no projeto de consolidação da política getulista no Estado.

---

<sup>25</sup> Foi deputado constituinte em 1946, sendo eleito em três legislaturas posteriores. No período de 1951-1955 foi governador eleito pelo Estado do Rio, de 1959-1963 foi Ministro do Tribunal de Contas da União, da Viação e da Reforma Administrativa, sendo eleito senador entre os anos 1971-1987.

As cidades escolhidas para a implantação do projeto eram as “capitais econômicas” das principais regiões produtivas do estado fluminense, como noticiado nas propagandas institucionais. Araruama e Cabo Frio com a economia ligada à empresa Álcalis; Petrópolis pela produção de Café e produção de alimento para abastecimento da Capital, aglutinando em si as cidades da Serra Fluminense e, não menos importante, Campos e sua pujante economia ligada à produção do Açúcar e do Álcool.

As cidades escolhidas exerciam em seu território uma força centrípeta (ELIAS, 1993) possuindo uma arquitetura urbana peculiar, devido a projetos políticos de remodelação urbana segundo os princípios higienistas no fim do século XIX.

Juntas, somavam um imenso contingente eleitoral que asseguraria a manutenção da base varguista durante o Estado Novo e, principalmente, com o fim do Regime.

A centralização do poder ao longo da Era Vargas foi um projeto sofisticadíssimo, cuja mudança das elites oligárquicas se deu a partir da mobilização de novos atores oligárquicos e novos arranjos – e a região fluminense foi central para a viabilização desse projeto.

O Estado Novo foi fazedor de cidades e obras estruturais, como a hidrelétrica do Rio Macabu que gerou autonomia para toda região norte e noroeste do Estado e a atual BR 101, que cortava o Brasil.

Os eleitos da nação (SCHWARCS, 1993) com a Era Vargas são os engenheiros. E de nova fôrma: eram civis e formados pelas Escolas Politécnicas. As vultosas reformas destinadas a grei fluminense podem ser vislumbradas nas suas plantas e fotografias oficiais.

E sob o Departamento das Municipalidades e a Secretaria de Aviação e Obras Urbanas recaía a responsabilidade das obras que ocorriam em simultaneidade entre os anos 1943 e 1944. A equipe sob a direção de Salo Brand era composta por geógrafos, arquitetos, engenheiros e médicos sanitaristas.

Como podemos vislumbrar, sua inserção nos espaços administrativos do Estado se dá por uma conjugação entre posição no espaço da política, competência

técnica, mediante formação educacional esmerada e uma rede de confiança cujo acesso foi facultado por um dos principais articulistas ligado a Vargas: Oswaldo Aranha.

E ao longo desse processo de participação em setores tão distantes da função de Secretário de Datilografia assistimos de modo acelerado seu avanço na carreira, tendo chegado ao ápice do cargo em menos de três décadas de trabalho. Em outras palavras, conforme ia participando dos setores centrais da política do Estado Novo ia obtendo alterações de enquadramento, ora por concurso interno, ora por nomeação.

A chefia do Departamento das Municipalidades ficou a cargo de Salo Brand de 1939 a março de 1942. O Departamento, desde sua estruturação no Estado do Rio de Janeiro, refletia o caráter intervencionista da gestão amaralista no plano econômico, fomentando a agricultura e a indústria fluminenses, como pudemos ver acima.

A direção de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro buscou, portanto, superar as perdas advindas da crise de 1929. Além disso, seus esforços visavam construir uma boa reputação entre os fluminenses e serviu de mote para sua ascensão política.

Vale destacar que sua nomeação como interventor do Estado ocorre um dia antes do Golpe do Estado Novo e assim permanecerá e é mantido neste cargo por todo o período. Sua principal estratégia para garantir a máquina político-administrativa do novo regime foi estabelecer fortes relações com as chefias políticas das principais regiões do estado, organizando uma base cooperativista com o objetivo de ordenar as relações econômicas.

Nestes termos, o Departamento das Municipalidades foi o órgão mediador entre as demandas regionais e suas oligarquias políticas anteriores. Era a partir dele que obras e a centralização administrativa se estruturavam.

A nomeação de Salo Brand em 1939 o coloca numa posição estratégica no governo amaralista e seus interesses na região Norte do Estado. Nos anos de 1939 e 1940, Salo Brand realiza inúmeras visitas à cidade de Campos para a realização de análises topográficas, prospecções e conhecer o parque industrial açucareiro,

que contava à época com importantes indústrias de produção de relevo nacional. Muitas dessas visitas foram realizadas junto de Amaral Peixoto e Getúlio Vargas.

Esta estratégia serviu em grande conta para a sua inserção nas elites locais que acalentava receber os investimentos públicos federais e estaduais. Pantoja afirma que

a partir da gestão de Salo Brand no Departamento das Municipalidades, o norte fluminense passou a ser [...] a região mais beneficiada do estado, para lá tendo sido canalizados grandes recursos para o fomento de atividades econômicas e vultosas obras de infra-estrutura. Não foi por acaso que os dois maiores projetos daquela administração consistiram na execução do plano rodoviário e na construção da hidrelétrica de Macabu, que visavam, sobretudo, atender aquela região. (PANTOJA, 1992).

O plano rodoviário visou construir uma estrada de rodagem que ligava Campos dos Goytacazes a cidade de Niterói. Esta obra era uma demanda antiga das elites produtoras que possuíam dificuldades de escoar a mercadorias produzidas na região para a Capital, acarretando muitos prejuízos com o transporte marítimo e ferroviário.

A Usina hidrelétrica do Macabu, situado na Serra Fluminense, com base de operação e redistribuição na cidade de Conceição de Macabu, visou gerar autonomia energética as Usinas de Açúcar da cidade de Campos que enfrentava constantes panes e apagões, ficando a cargo dos proprietários encontrarem soluções energéticas em suas unidades de produção.

A execução desses dois importantes projetos construiu uma rede articulada com o projeto político do Estado Novo, sustentando, portanto, a máquina administrativa amaralista na Capital da República. E isto era acompanhado atentamente por Amaral Peixoto e Salo Brand, diretor do Departamento das Municipalidades. Entre os anos de 1930 a 1942, Amaral realiza 6 visitas a Campos.

A centralidade da economia e política da região Norte do Estado toma novo incremento a partir da nomeação de Salo Brand para prefeito-interventor em Campos, em abril de 1942, tendo este permanecido até o ano de 1945.

Esta nomeação foi muito festejada por setores das elites locais que buscavam retomar o projeto de remodelação urbana da cidade desde o ano do Centenário da Cidade, ocorrido em 1935. Além de acentuar o caráter da cidade como um importante centro econômico da região norte e noroeste do Estado.

Alvez (2013) analisa que a gestão de Salo Brand irá atender as demandas locais em torno das melhorias urbanas, com o aumento de melhorias públicas, reformas do traçado arquitetônico urbano, reformas de estradas etc.

A gestão de Salo Brand irá atender todos esses esforços, angariando apoio de setores importantes do comércio e grupos políticos. Nesse sentido, destaque deve ser dado aos setores letrados e do comércio, principalmente os judeus residentes na cidade.

Wolff (1986) destaca que neste período os judeus residentes na cidade se dividem em frações políticas bem delineadas. Havia um círculo que apoiava o governo getulista em sua atuação local. Além dele, havia um círculo contrário ao governo Vargas e sua política nos anos do Estado Novo. Um pequeno círculo era simpatizante de ideias comunistas, sendo alguns filiados ao Partido Comunista Brasileiro.

A gestão de Salo Brand contou com o apoio de alguns filiados da União Israelita de Campos. Principalmente proprietários com lojas estabelecidas no comércio local.

No Anuário Campista de 1942, assistimos inúmeras notícias sobre doações de comerciantes judeus e não judeus de mantimentos hospitalares para a manutenção da Enfermaria do Hospital de Campos, atual Hospital dos Plantadores. Por indicação de Alzira Vargas, a gestão de Salo Brand realiza uma reforma do setor hospitalar adequando-o para que ele seja uma referência regional de atendimento à mulher durante os meses de gravidez.

Segundo Cytrynowicz (2002), o período do Estado Novo foi experimentado pela comunidade judaica brasileira de diferentes modos. Ora sendo interpretado como um momento de violação dos direitos civis ora como facultando o desenvolvimento das representações institucionais.

Para os judeus de Campos dos Goytacazes, a menção a origem judaica de Salo Brand muitas das vezes facultou sua inserção a parcela significativa de segmentos políticos locais – no comércio; entre os representantes da extinta Câmara de Vereadores e representantes de clubes e instituições beneficentes.

Os anos da interventoria de Salo Brand e sua relação com a comunidade judaica local podem oferecer novas perspectivas para as análises do período do Estado Novo e como este possui sentidos polissêmicos entre os judeus brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho busquei demonstrar outras dinâmicas da relação entre a administração de Getúlio Vargas e imigrantes judeus. Levando em consideração as pesquisas historiográficas sobre o tema que analisam o período do Estado Novo marcado por hostilidades e perseguições a “comunidade” judaica brasileira, optei por percorrer a trajetória profissional e política de um judeu brasileiro que participa ativamente dos setores importantes da administração pública do Estado do Rio de Janeiro.

A análise da trajetória de vida de Salo Brand e sua inserção nos quadros mais destacados da política estadonovista apontam para novas possibilidades interpretativas. O presente esforço apresenta a reunião do material que pude obter acesso no trabalho de campo, onde a documentação pode ser coletada.

Ao longo do texto, procurei apresentar as especificidades da imigração judaica do Leste Europeu no Brasil e as políticas imigratórias que incidem sobre o grupo, dando relevo a cidade do Rio de Janeiro – Capital do Brasil na Primeira República. A tentativa foi não homogeneizar um grupo plural, marcado por diferentes sociedades de emigração, costumes e tradições.

Desse modo, a relação entre imigrantes e cidade foi importante para revelar uma identidade que ia se forjando no Bairro da Praça Onze e posteriormente em bairros do subúrbio da Central. O objetivo era apresentar a imigração como sistema, nos termos elaborado por Sayade, descrevendo etnologicamente as instituições forjadas no Brasil e a presença de instituições judaicas internacionais que promoviam e administravam políticas imigratórias em nosso país.

O movimento da reflexão toma marcos históricos: a construção duma sociedade republicana com longo passado colonial e escravocrata; a busca por parte das elites políticas definirem uma identidade para o país; as políticas de universalização do ensino e os significados que isso teve para os imigrantes; os

bastidores simbólicos que demandavam uma ruptura política e que tem sua culminância na Revolução de 1930 e, por fim o Estado Novo.

Dois conceitos foram de suma importância para organização do argumento – técnica e seu impacto na literatura, ciências e cultura. As primeiras décadas do século XX vislumbraram um horizonte tecnológico, a partir da acentuação da circulação de mercadorias e tecnologias. A leitura do livro Cinematógrafo de letras, de Flora Sussekind, ajudou-me a perceber como os imigrantes judeus participaram como ativos representantes de empresas internacionais.

Vale salientar que o cultivo secular da leitura e uma religião mediada por sociabilidades livrescas já possuía uma mínima relação, por exemplo, com a máquina de escrever e sua técnica num país que esta ainda estranhando essas inovações.

Acredito ser acertada a posição de Peter Burke sobre olharmos aquilo que os imigrantes trazem consigo de seus deslocamentos: trazem lembranças, objetos afetivos, técnicas, tecnologias, saberes científicos.

Neste ponto pude cruzar os dados e perceber que o projeto familiar dos Brand, no que tange a educação do filho, valorizando a aquisição de conhecimentos profissionais técnicos e profissões liberais, se inseria no contexto de modernização de nosso país e o advento da rotinização de profissões técnicas. A figura do engenheiro da politécnica e sua inserção nos projetos varguistas de modernização do Estado a partir de reformas urbanas e estruturais relacionadas às regiões produtivas do Estado Fluminense parece indicar isso.

Além das escolhas profissionais da primeira geração de judeus nascidos no Brasil a racionalização da burocracia brasileira, intermitente na Primeira República e mais organizada na Era Vargas, faculta oportunidades aos filhos dos imigrantes ao ingressarem, por concursos públicos, aos setores administrativos do Estado.



Nesse sentido, se o ingresso era universal e facultado a “todos” com formação adequada, vislumbramos que no cotidiano das instituições as velhas relações da administração anterior escorriam à administração dos revolucionários.

Quer dizer, a busca pela centralização da administração pelo executivo, a marca da Era Vargas, principalmente nos anos 1935-1947, constrói inovações administrativas que na prática dava espaço as velhas práticas anteriores – as relações hierárquicas, de proximidade, as indicações – mesmo num contexto em que o quadro administrativo valorizado era os com formação de qualidade.

Neste ponto o conceito simmeliano de círculo social e cruzamentos de círculos sociais foram uma ferramenta conceitual aplicável e explicativa. Não somente para compreender as dimensões da trajetória de vida de Salo Brand e sua socialização como indivíduo, mas acima de tudo, as relações da base administrativa ligada ao projeto getulista - que jorrava do executivo aos estratos mais baixos da administração pública.

Por fim, o trabalho buscou evidenciar a partir da trajetória de Salo Brand como era possível um judeu brasileiro participar das malhas da administração getulista. Acredito que perseguir de modo mais detido esta trajetória ao longo do trabalho é uma tentativa de redimensionar o debate em torno do antissemitismo na Era Vargas.

Contudo, se ampliamos a lente não era apenas Salo Brand que esteve à frente de setores importantes da administração pública engendrada por Getúlio Vargas no período do Estado Novo. Muitos deles inclusive construía redes entre setores do Estado e das instituições de representação da comunidade.

As questões aqui abordadas são se esgotam no gênero que escrevo. Ao contrário, é uma tentativa de compreensão sociológica que toma o passado como locus de análise. Tentei mais exercitar uma sociologia com história do que uma sociologia histórica – na acepção corrente do campo.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Heloiza Manhães. A sultana do Paraíba: Reformas Urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes – 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

ALMEIDA, Nilton Melo. Judeus no Ceará. São Paulo: Ed. Intermeios, 2016.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARENDT, Hanna. As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperiarismo, totalitarismo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Eichman em Jerusalém. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARTHOLAZZI, Rosane A. Os italianos no noroeste fluminense: estratégias familiares e mobilidade social 1807-1950. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BARROSO, Gustavo. A sinagoga paulista. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

\_\_\_\_\_. Judaísmo, Maçonaria e Comunismo. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.

BITTER, Daniel. Narrativas de memória e performances musicais dos judeus cariocas da “pequena África”. Revista Antropolítica, n. 39, Niterói, p. 121-149, 2. sem; 2015.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BURKE, Peter. Perdas e ganhos: exilados e expatriados na História do Conhecimento nas Europa e nas Américas. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

CARVALHO, WALDIR P. Campos depois do centenário. Rio de Janeiro: Ed. Damadá, 1995.

CARNEIRO, Maria Tucci. Anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. O anti-semitismo nas Américas: história e memória. São Paulo, Fapesp/EdUSP, 2007.

\_\_\_\_\_. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento na Era Vargas. In. Revista USP, n.119, Out./Nov./Dez, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodologias. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

CORTE, Andréa da. Prestamistas, Comerciantes e Doutores: uma história dos judeus em Niterói. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CORTE, Andréa Telo. A ADAF e a memória dos judeus progressistas de Niterói – 1922-2005. In: LEWIN, H., coord. *Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações* [online]. RJ: 2009. 730 p. ISBN: 978-85-7982-016-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

COHEN, Norman. A conspiração mundial dos judeus – mito e realidade.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da Ideologia: Imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, PP. 393-423, 2002.

ELIAS, Nobert. Escritos e ensaio. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002.

\_\_\_\_\_. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*. São Paulo: EdUSP, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 355.

FRIDMAN, Fania. *Paisagem Estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

FONSECA, Juíra Jardim da; KAUFMAN, Tânia. O Klientelshic: Religião e economia informal na presença judaica no comércio do Recife no início do Século XX.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GRIN, Monica; GHERMAN, Michel. *Identidades ambivalentes: Desafios aos estudos judaicos no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

GRIN, Monica. Entrevista com Mônica Grin. *Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes*, Jan. 2016.

HANNERZ, Ulf. *Explorando a Cidade: em busca de uma Antropologia Urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2015.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

KROPF, S. P. Sonho da Razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XX. In: HIRSCHMANN, Micael. Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937. Rio de Janeiro: Editora Diadorim, 1996.

LESSER, Jeffrey. O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

\_\_\_\_\_. A invenção da Brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas da imigração. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

LEVI Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LEWIN, Helena. A economia errante: estudo da inserção de imigrantes judeus no processo produtivo e sua diferenciação social. XI Congresso Internacional de Estudos Judaicos da Universidade de Jerusalem, 1993.

MAIO, Marcos Chor. Nem Rotschild nem Trotsky: O pensamento antise-mita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Ed.Imago, 1992.

MAIO, Marcos Chor; CALAÇA, Carlos Eduardo. Cristãos-novos e Judeus: Um balanço da Bibliografia sobre o Antis-semitismo no Brasil. BIB, Rio de Janeiro, n. 49, 1. sem. de 200, PP.15-50.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/322091/mod\\_resource/content/1/MARCUSCHI%20Gêneros%20textuais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/322091/mod_resource/content/1/MARCUSCHI%20Gêneros%20textuais.pdf)>. Acesso em: 29 de março de 2018.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: Ensaios de Antropologia e Sociologia. São Paulo: Ubu editora, 2018.

MIZRAHI, Rachel. Imigrantes Judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MORAIS, Barbosa de. Ernani Cardoso e o Colégio Arte & Instrução. Rio de Janeiro: 1965.

PENNA, Antônio Gomes. Rio de Janeiro: Fórum educ; out/dez, 1988.

PENHA, Ana Lucia Nunes. Nas águas do Canal: política e poder na construção do Canal Campos Macaé – 1835-1875. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MALAMUD, Samuel. Recordando a Praça Onze. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1988.

\_\_\_\_\_. Documentário – Contribuição à memória da comunidade judaica brasileira. Rio de Janeiro: Imago editora, 1992.

NISKIER, Arnaldo. História da educação brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2011.

NISKIER, Rachel; ANTABI, Ana. Comunidades Judaicas nos Subúrbio Cariocas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

PÓVOA, Carlos Alberto. Imigração judaica para Minas Gerais e os judeus na cidade de Uberlândia – MG. In: LEWIN, H., coord. *Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações* [online]. RJ: 2009.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. IN: História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano. FAUSTO, Boris (org.). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1990.

RAPOSO, Fernanda C. Nilópolis Judaica: de cidade imaginada à tradição inventada. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RJ, 16., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 2014.

RATTNER, Henrique. Tradição e Mudança: A comunidade judaica de São Paulo. SP: Ed Ática, 1977.

RIO, João do. As religiões do Rio. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2006.

SAINT-GEORGES, Pierre. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político. In: Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2011.

SACHAR. Migrações Judaicas para além-mar: 1876-1926. NY: Jewish Publication Society: 1967.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SEREBRENICK, Salomão. Breve história dos Judeus no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Biblos, 1962.

SCHWARCS, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. Lima Barreto: triste visionário. São Paulo: Cia. das letras, 2017.

SOARES, Hebert Quaresma. Sinagoga Abandonada: História, Etnicidade e Identidade Judaica em Nilópolis. 2010.110f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo

SORJ, Bernardo. Judaísmo para todos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SOUZA, Horasio. Cyclo Aureo: História do 1. Centenário de Campos. Rio de Janeiro: Ed. Essentia, 2014.

SUSSEKIND, Flora. Cinematógrafo de letras. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

VAINFAS, Ronaldo. Jerusalém Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VELSEN, Jaap van. A análise situacional e o estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

WOLFF, Frieda. Campos - Ascensão e declínio de uma coletividade. Rio de Janeiro: 1986.

\_\_\_\_\_. Judeus no Brasil Imperial: uma pesquisa nos documentos e noticiário carioca da época. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo, 1975. No 1. 549 pp.